

INTRODUÇÃO

O conceito de “primitivo”, seja na sua forma substantiva seja na adjetiva (quando agregada a outros termos), sempre exerceu fascinação no seio da psicanálise, tendo organizado a teoria e a prática em Psicanálise, mesmo considerando-se as diferentes escolas ou correntes (GROTSTEIN, 1997).

Talvez por isso, em outro estudo constatou-se que a expressão “mente primitiva” é frequentemente utilizada tanto na literatura psicanalítica quanto em palestras, conferências e conversas entre os pares no âmbito da psicanálise. Verificou-se, não obstante, que não é um conceito sem problemas no vocabulário psicanalítico, inclusive por não haver consenso quanto ao seu uso, ou por ser utilizado de forma ampla e genérica, sem apresentar uma definição mais precisa, que indique com maior exatidão a que se refere, sendo seu sentido geralmente suposto pelo contexto em que é empregado (COSTA, MAIA, BOLONHEIS, MIGLIAVACCA, 2008).

Também é preciso considerar que Sigmund Freud enfatizou muito a ideia de primitividade ao longo de sua obra. Além disso, há evidências de que os estudos acerca da mente primitiva ganharam novo destaque a partir de Melanie Klein, e de que outros tantos autores tenham usado esse termo ou um equivalente, cada um a seu modo, nas suas teorias sobre o desenvolvimento psíquico, mas nenhum deles precisou seu conceito.

A presente investigação foi proposta tendo-se em vista que o conceito de mente primitiva é polêmico no âmbito da Psicanálise, como indicado acima, e que, embora seu uso seja frequente nas produções psicanalíticas, esse conceito está longe de ser consensual.

Foi estabelecido como principal objetivo clarificar o processo de construção do conceito de mente primitiva mediante a análise da produção psicanalítica escrita, de modo a contribuir para a sua compreensão.

Segundo a perspectiva metodológica adotada, trata-se de uma pesquisa teórica, conceitual e desenvolvida em conformidade com os pressupostos qualitativos, caracterizando-se, do ponto de vista de seus objetivos, como descritivo-exploratória. Desse ponto de vista, os dados oriundos do material contido

nas fontes referenciais foram observados, registrados, categorizados e analisados, o que proporcionou maior familiaridade com o objeto de estudo, tornando sua problemática mais explícita por destacar suas características e peculiaridades.

Durante o processo de elaboração do percurso investigativo, muitos foram os caminhos possíveis vislumbrados como alternativas, entre eles a delimitação do campo da pesquisa a um ou mais autores, ou ainda a uma ou mais escolas, o que exigiria, de certo modo, centrar-se na revisão das suas respectivas teorias. Tendo-se em vista, então, as constatações iniciais de que não existia consenso em torno do conceito de mente primitiva, de que sua utilização era por vezes ampla e genérica, sem definição que fosse clara e precisa, a hipótese levantada foi que isso era extensivo a todo o conhecimento obtido sobre a questão até aquele momento, independentemente de autor ou escola.

Sendo assim, ao invés de focalizar a investigação em determinado(s) autor(res) ou escola(s) e suas respectivas teorias, optou-se pelo caminho em que o olhar do pesquisador se dirigisse para um amplo horizonte, sem delimitar autores ou escolas; ou seja, o investigador dirigiu-se à pluralidade de abordagens psicanalíticas presentes nos canais de comunicação formal do conhecimento, tais como periódicos, livros, anais, etc.

Diante dessa amplitude, o fundamental para a demarcação dos parâmetros necessários a condução do processo foi assumir uma postura que sustentasse como vértice norteador e delimitador a expressão “mente primitiva”, com a finalidade de perseguir as condições necessárias à consecução dos propósitos definidos.

Assim, o objeto de estudo não seriam as supostas teorias sobre a mente primitiva de determinado autor ou escola, mas sim, o suposto conceito de mente primitiva, ou congênere, onde e como aparecesse na literatura psicanalítica, tendo-se em vista o levantamento efetuado e as circunscrições metodológicas estabelecidas.

A decisão de instituir desse modo o objeto de estudo partiu de suposições iniciais que se confirmaram ao longo do desenvolvimento do trabalho investigativo, no qual se considerou que, embora as teorias de Freud e Klein, além de outros tantos autores, sejam fundamentais para a compreensão do que se denomina de mente primitiva, eles não fazem do termo uma definição propriamente dita.

Discorrer, por exemplo, sobre a gênese do psiquismo não é necessariamente definir o conceito de mente primitiva, embora tal teorização possa contribuir para o entendimento dessa expressão. Ou ainda, propor que a ênfase nos estudos acerca da mente primitiva é dada a partir deste ou daquele autor não é o mesmo que afirmar que tais autores definiram com maior precisão tal conceito.

Desse modo, embora a literatura consultada tenha se constituído em tão amplo horizonte, em função da pluralidade de abordagens e autores psicanalíticos apresentados em que o olhar do pesquisador acompanhou essa visão panorâmica do tema, a adoção da postura que sustentou como vértice norteador e delimitador a expressão mente primitiva permitiu a focalização necessária. Foi exatamente essa condição que tornou possível a descrição e a exploração do objeto de estudo, deixando sua problemática mais explícita por destacar suas características e peculiaridades, que serão apresentadas no decorrer deste trabalho.

1 A MENTE PRIMITIVA: UMA PROBLEMÁTICA CONCEITUAL

1.1 Apresentação

No início do século XX houve grande interesse em compreender a assim chamada *mente primitiva*, particularmente nos campos da antropologia, da etnologia, da psicologia e da sociologia (MILLER, 1983)¹. Dentro dessas áreas do conhecimento desenvolveram-se inúmeros estudos que posteriormente foram questionados; inclusive a expressão “mente primitiva” e qualquer outra acompanhada desse tipo de adjetivação passaram a ser criticadas por, supostamente, conterem conjeturas preconceituosas, conquanto isso tenha sido objeto de questionamento por parte de certos autores (DOUGLAS, 1973).

No campo psicanalítico esse interesse também se fez presente – embora com abordagem do assunto segundo a particularidade de seu objeto de estudo – e parece ainda manter-se, pelo menos em algumas vertentes teóricas psicanalíticas ou em alguns autores; contudo, por essa mesma particularidade que diferencia a Psicanálise da Antropologia, Etnologia, etc., o que passou a se constituir no sentido do que seria e do que não seria primitivo nem sempre correspondeu ao que era compreendido nos outros campos do conhecimento (STEINER, 1994).

Considerando a especificidade do âmbito psicanalítico, há tempos venho me dedicando a pensar e estudar algumas questões que foram se fazendo presentes, tais como: o que é a mente primitiva no campo psicanalítico?; como defini-la de forma mais precisa?; a que se refere o uso de tal expressão e quais seus efeitos na esfera psicanalítica?

Tais questionamentos surgiram da confluência de algumas vivências, as quais, progressivamente, foram me despertando o interesse em função das questões oriundas da minha prática clínica, de supervisões de casos clínicos, da pesquisa por mim desenvolvida durante o mestrado, do contato com a literatura psicanalítica, à qual recorria quando se faziam presentes as indagações (mas nem

¹ Todos os textos em língua estrangeira consultados em sua maioria foram por mim traduzidos, com exceção daqueles em que consta o tradutor nas Referências.

sempre obtive as respostas desejadas), e do contato com outros profissionais da área, mantidos em conversas pessoais e em participações em congressos, seminários e grupos de estudo. Assim sendo, sinteticamente, os pontos que confluíram dizem respeito a certos aspectos inerentes tanto à prática clínica quanto à teoria que dela tenta dar conta, os quais se evidenciaram em diferentes momentos, que me proponho assinalar a seguir.

O contato com questões referentes aos chamados *pacientes difíceis*, sua conceituação e o manejo técnico na pesquisa que deu origem à minha dissertação de mestrado (COSTA, 1998) – as quais remetem a características de acentuados traços narcísicos, dificuldades para o *insight*, intensa resistência a mudanças, além de marcado grau de inacessibilidade, fatores que impõem sérios obstáculos ao processo analítico – evidencia a predominância de áreas psíquicas pouco desenvolvidas.

Por outro lado, as profundas transformações de toda a ordem pelas quais passaram as sociedades contemporâneas desde o século anterior geraram novas formas de construção das subjetividades, inclusive (o que nos interessa aqui) se expressam nas características de certas manifestações psicopatológicas na atualidade, como as chamadas patologias do vazio (BIRMAN, 1999; DANTAS JR., 2002; GEVERTZ, 2002; LISONDO, 2004; MOTA, 2004, UNGAR, 2004).

Diante dessas novas conjunturas da atualidade, resultantes dos processos de profundas mudanças, há quem afirme que a preocupação da psicanálise contemporânea não é mais a neurose como sintoma social, mas “a delinquência generalizada, a perversão, a falência da ordem simbólica e o surgimento de um novo modo de organização do laço social [...]” (KEHL, 1998, p. 6).

Neste sentido, entre as pessoas que procuram a clínica psicanalítica há uma demanda expressiva de indivíduos com características muito regressivas, entre eles psicóticos, *borderlines*, caracteropatas, somatizadores e aqueles com traços de perversão (ZIMERMAN, 1997). Também, no dizer de McDougall (1991), apresentam-se, sobretudo, pacientes com problemas caracteriais, com estruturas narcísicas, sendo estas um grande desafio para a clínica contemporânea (BASTOS, 1997a, 1997b; PELLANDA, 1996a).

Certamente, o que possibilita os desenvolvimentos psicanalíticos são os desafios, que estimulam os estudos. É isto o que vem acontecendo na história da

psicanálise desde Freud, para quem somente os neuróticos eram passíveis de tratamento psicanalítico (1913/1974b; 1938/1975), embora ele mesmo por vezes tenha se debruçado sobre a questão da psicose, buscando compreender seus mecanismos, e não desestimulasse os trabalhos dessa ordem que eram desenvolvidos por alguns psicanalistas muito próximos a ele (ANDRADE JR., 1995; ROSENFELD, 1988). Foi assim que o conhecimento psicanalítico se expandiu – produzindo-se desenvolvimentos na teoria e na técnica a partir da constante retroalimentação com a experiência clínica que se renovava mediante as contribuições de muitos psicanalistas, avançando na compreensão do funcionamento psíquico – e possibilitou as condições técnicas pelas quais foi possível estender o tratamento psicanalítico a pacientes severamente perturbados, embora os desafios continuem.

Por outro lado, também é preciso não esquecer que, em função do objeto específico do processo analítico, mesmo aqueles pacientes que apresentam estrutura de personalidade neurótica – portanto, com características menos complicadas, se comparada com outras estruturas – tornam-se difíceis, pela emergência de aspectos de áreas psíquicas pouco desenvolvidas em algum momento de sua trajetória analítica (BROMBERG, 1992; COSTA, 2006; NACHMANI, 1992; SHAPIRO, 1992). Tal possibilidade é oriunda da compreensão de que as etapas anteriores do desenvolvimento mental coexistem com as posteriores no funcionamento psíquico, podendo ser restabelecidas e reativadas no curso da vida do indivíduo, pelo seu caráter imperecível (FREUD, 1913/1974b).

Essa perspectiva inerente à compreensão psicanalítica do funcionamento do psiquismo se expressa de múltiplas formas nas proposições de diferentes autores, algumas das quais quero assinalar destacando apenas determinados pontos específicos, mais próximos aos objetivos da presente discussão. Entre esses pontos está o termo “posição”, introduzido por Melanie Klein, o qual, embora diga respeito aos fenômenos esquizoparanoides e depressivos referentes ao primeiro ano de vida do bebê, “[...] implica em uma configuração específica de relações de objeto, ansiedades e defesas, que persistem durante toda a vida” (SEGAL, 1975, p. 11), não se restringindo simplesmente a um estágio ou fase. Também a noção bioniana de “parte psicótica da personalidade”, referindo-se a que todo indivíduo

humano, mesmo os ditos “normais”, ou os neuróticos, possuem-na em sua estrutura psíquica (BION, 1994).

Outros estudos dentro dessa perspectiva que podem ser citados são: o de Tustin (1990), onde a autora discute como “barreiras autistas” podem ser construídas não apenas em pessoas com estrutura de personalidade severamente comprometida, mas também em indivíduos neuróticos; o de Steiner (1997, p. 19) sobre “refúgios psíquicos”, que se organizam como uma área do psiquismo na qual o paciente pode se refugiar com o intuito de se proteger de angústias muito arcaicas, onde “[...] a fantasia e a onipotência podem existir sem restrições [...]”, sendo encontrados tanto em psicóticos quanto em fronteirços e neuróticos; e o de Mitrani (2001), que investiga o surgimento, na infância, de algumas “proteções extraordinárias”, cuja função é evitar o contato com experiências traumáticas profundas, que estão presentes em pessoas comuns, aparentemente sem grandes comprometimentos, mas só podem ser reveladas por um exame mais profundo.

Embora esses autores não discorram especificamente sobre a mente primitiva como um conceito, abordam aspectos que lhe são relacionados por outros autores ou que tornam possível, sob certos enfoques, estabelecer relações entre suas proposições e tal termo. É possível perceber isso tanto na literatura quanto no contato pessoal com vários profissionais da área ou em exposições destes em palestras, congressos, encontros, seminários e grupos de estudo. Não é apenas uma constatação pessoal, mas é evidenciado igualmente em outro estudo (COSTA, MAIA, BOLONHEIS, MIGLIAVACCA, 2008), que a expressão “mente primitiva” é muito utilizada na literatura psicanalítica, em palestras e conversas entre pares.

Não obstante, da confluência dessas vivências, o que se evidenciou foi que, embora “mente primitiva” seja um termo presente na literatura, não é um conceito sem problemas no vocabulário psicanalítico, inclusive não há consenso quanto ao seu uso (COSTA, MAIA, BOLONHEIS, MIGLIAVACCA, 2008), que envolve polêmicas tanto conceituais quanto epistemológicas.

Considerando as interrogações suscitadas e procurando outros elementos que pudessem ajudar-me a pensar ainda mais essas questões, recorri à literatura; mas não encontrei dados que ajudassem a estabelecer uma definição mais precisa do que seja a mente primitiva, ficando-me claro que o conceito em pauta é utilizado

em vários artigos de forma ampla e genérica, sem apresentar uma definição que indique com mais exatidão a que se refere.

1.2 Delineamento do tema em investigação

No retorno à literatura especializada, a expressão “mente primitiva” aparece na obra de S. Freud por quatro vezes (pelo menos na tradução da Edição *Standard Brasileira*). O termo será mostrado, a seguir, nos quatro contextos em que é utilizado pelo autor em questão.

Na continuação do capítulo sexto da “Interpretação de Sonhos”, particularmente no item intitulado “Um Sonho de Bismarck”, Freud, ao apresentar uma interpretação para tal sonho, afirma:

O ato proibido de apanhar a varinha (no sonho um ato indiscutivelmente fálico), a produção de líquido sob o seu impacto, a ameaça de morte – nesses exemplos encontramos todos os principais fatores da masturbação infantil combinados. Podemos observar com interesse o processo de elaboração que integrou esses dois quadros heterogêneos (originando-se, um da mente de um estadista de gênio, e o outro dos impulsos da **mente primitiva** de uma criança) e que, por esse meio, conseguiu eliminar todos os fatores aflitivos (FREUD, 1900/1972, p. 406, grifo nosso).

É possível pensar que, nesse trecho, Freud se refere à mente primitiva enquanto expressão daquilo que viria a se constituir como o “*das Infantile*”, resultante “[...] da inscrição no psiquismo dos sedimentos daquilo que nos é dado viver na aurora da existência” (MEZAN, 1995, n. p.).

Em “Totem e Tabu”, no capítulo segundo (*Tabu e Ambivalência Emocional*), a expressão “mente primitiva” surge em dois momentos, como se segue:

Essa transmissibilidade do tabu é um reflexo da tendência, já comentada por nós, de o instinto inconsciente da neurose deslocar-se constantemente por meios associativos para novos objetos. Nossa atenção é assim dirigida para o fato de que a perigosa força mágica do mana corresponde a dois poderes de uma espécie mais realista: o poder de fazer alguém lembrar-se de seus próprios desejos proibidos e o poder visivelmente mais importante de induzi-lo a transgredir a proibição em obediência àqueles desejos [itálico do autor]. Essas duas funções podem ser reduzidas a uma, entretanto, se supusermos que numa **mente primitiva** o despertar da lembrança de uma ação proibida acha-se naturalmente vinculado ao despertar de um impulso para efetuar essa ação (FREUD, 1913/1974a, p. 54, grifo nosso).

A projeção da hostilidade inconsciente sobre os demônios, no caso do tabu relativo aos mortos, é apenas um exemplo de um certo número de processos aos quais se deve atribuir a maior importância na formação da **mente primitiva**. No caso de que estivemos tratando, a projeção serviu ao objetivo de manejar um conflito emocional, sendo empregada da mesma maneira num grande número de situações psíquicas que conduzem às neuroses (FREUD, 1913/1974a, p. 85, grifo nosso).

Nesses dois momentos, sem entrar numa discussão mais profunda, parece que o autor utiliza a expressão *mente primitiva* para se referir aos elementos infantis presentes no psiquismo, abarcando a possibilidade de compreensão tanto pelo vértice filogenético quanto pelo ontogenético.

No texto “Reflexões Para os Tempos de Guerra e Morte”, especificamente no ensaio I (*A desilusão da guerra*), Freud destaca que

(...) o desenvolvimento da mente revela uma peculiaridade que não se acha presente em qualquer outro processo de desenvolvimento. Quando uma aldeia se transforma numa cidade, ou uma criança num homem, a aldeia e a criança ficam perdidas na cidade e no homem. Só a memória pode descobrir as antigas feições nesse novo quadro; e, de fato, os antigos materiais ou formas foram abandonados e substituídos por novos. O mesmo não ocorre com o desenvolvimento da mente. Aqui, pode-se descrever o estado de coisas, que não encontra termo algum de comparação com a mera afirmativa de que, nesse caso, cada etapa anterior de desenvolvimento persiste ao lado da etapa posterior dela derivada; aqui, a sucessão também envolve a coexistência, embora toda a série de transformações tenha sido aplicada aos mesmos materiais. O estado mental anterior pode não ter-se manifestado durante anos; não obstante, está presente há tanto tempo, que poderá, em qualquer época, tornar-se novamente a modalidade de expressão das forças da mente, e na realidade a única, como se todos os desenvolvimentos posteriores tivessem sido anulados ou desfeitos. Essa extraordinária plasticidade dos desenvolvimentos mentais não se restringe ao que diz respeito à direção; pode ser descrita como uma capacidade especial para a involução – para a regressão –, de uma vez que pode muito bem acontecer que uma etapa posterior e mais elevada de desenvolvimento, tão logo abandonada, talvez não seja alcançada de novo. Contudo, as **etapas primitivas** sempre podem ser restabelecidas; a **mente primitiva** é, no sentido mais pleno desse termo, imperecível (FREUD, 1915/1974e, p. 322-323, grifos nossos).

Aqui aparece de forma mais evidente que *mente primitiva*, como expressão de etapas primitivas do desenvolvimento, refere-se ao que se cunhou na Psicanálise como *o infantil*.

Não obstante, poder-se-ia afirmar que o uso da expressão “mente primitiva” em Freud é, no mínimo, problemático, tendo-se em vista as inúmeras críticas, discussões e comentários às traduções de sua obra (BETTELHEIM, 1993; LAPLANCHE; COTET; BOURGUIGNON, 1992), particularmente no caso da Edição

Standard Brasileira (CARONE; SOUZA, 1990; HANNS, 1996; MENEZES, 2002; SOUZA, 1994; 1999).

Sem pretender dar conta de tarefa de tamanha envergadura, que é entrar no mérito das questões relacionadas com os problemas das traduções, também não é possível deixar de considerá-la, pelo menos em parte; e apenas para se ter uma ideia, recorri a algumas delas: a tradução espanhola de Luis Lopez-Ballesteros y de Torres, a tradução argentina de José L. Etcheverry e a tradução inglesa de James Strachey. Além dessas, consultei uma versão francesa de “A interpretação dos sonhos”, traduzida por I. Meyerson, e de “Totem e tabu”, por D. S. Jankélévitch.

Nas citações acima, extraídas da Edição *Standard Brasileira*, onde se encontra a expressão “mente primitiva”, na tradução espanhola aparece como *vida psíquica primitiva* (FREUD, 1912/1973a, p. 1768 e p. 1788; FREUD, 1915/1973b, p. 2108). Na versão argentina é apontada como *alma infantil primitiva* (FREUD, 1900/1976b, p. 384), *vida anímica primitiva* (FREUD, 1913/1976c, p. 41 e p. 69) e *anímico primitivo* (FREUD, 1915/1976d, p. 287). Na tradução inglesa, por quatro vezes aparece *primitive mind* (FREUD, 1900/1958a, p. 381; 1913/1958b, p. 34 e p. 64; 1958c, p. 286). Em francês, surge como *une âme* (FREUD, 1926, p. 341) e *vie psychique primitive* (FREUD, 1924, p. 53 e p. 92).

Embora problemas de tradução possam gerar dificuldades conceituais, isto não quer dizer que não seja possível utilizar determinado termo aparentemente equivocado no seu sentido original, respeitando sua origem. Exemplos disso são os conceitos de mente e instinto – só para ficar em alguns – que têm gerado grandes polêmicas e muitas discussões. Em muitos casos as críticas são pertinentes, mas também se encontram em alguns trabalhos presentes na literatura psicanalítica os mesmos termos usados em seus respectivos sentidos de “*seele*” e “*trieb*” – mantendo assim seus significados originais. Obviamente, isso parece estar longe de ser plenamente resolvido, mas o mesmo se pode dizer do uso do conceito de mente primitiva.

De acordo com Korbivcher (informação pessoal)², a ênfase nos estudos acerca da mente primitiva é dada a partir de Melanie Klein em diversos textos, quando introduz os conceitos de posição esquizoparanoide e posição depressiva.

² KORBIVCHER. C. F. **Comunicação pessoal**. Mensagem recebida por <pjcosta@wnet.com.br> em 28 out. 2002.

Tais conceitos têm como consequência uma antecipação temporal do surgimento de certos fenômenos psíquicos, se comparados com as formulações freudianas acerca da formação do ego, do superego e do complexo de Édipo, por exemplo; mas não se trata apenas de uma antecipação temporal, pois isto decorre de uma nova compreensão quanto ao processo de construção do psiquismo, de processos mentais muito intensos vividos pelo bebê desde o seu nascimento.

Embora tenha sido feita uma varredura na maioria das obras de Melanie Klein na tradução brasileira, não foi encontrada exatamente a expressão “mente primitiva”. Algumas das expressões encontradas quando ela discute o desenvolvimento do psiquismo são as seguintes: ego arcaico; superego arcaico; conflitos arcaicos; superego primitivo; mentalidade arcaica; processos primitivos; estágios mais arcaicos; estágios iniciais da vida; estágios iniciais do desenvolvimento; estudos sobre a mente do bebê; figuras primitivas dos pais combinados; estágio muito primitivo do desenvolvimento; os objetos da criança são de uma natureza primitiva – além de outras similares. Isto se deve às teorizações de Melanie Klein sobre as posições esquizoparanoide e depressiva, caracterizando suas formulações sobre o desenvolvimento inicial do psiquismo.

Enfatizando essa característica, a Comissão Editorial Brasileira (1991) das obras de Melanie Klein destaca que a palavra inglesa *early* é a marca distintiva da obras da referida autora. Segundo a Comissão, Klein

[...] emprega consistentemente o termo *early* para qualificar os vários fenômenos psíquicos por ela observados – ansiedades, mecanismos de defesa, fantasias e relações de objeto – e que constituem, a seu ver, os alicerces da estrutura psíquica. Para o tradutor, este termo abre uma ampla gama de acepções possíveis: primeiro, inicial, primitivo, arcaico, primário, antigo, precoce, prematuro, o que está no começo, o que vem antes (1991, p. 14, grifo dos autores).

Por tudo isto, é possível pensar que a Comissão esteja se referindo à mente primitiva quando Melanie Klein apresenta suas concepções acerca dos “vários fenômenos psíquicos por ela observados”.

Também foi localizado um trabalho de Giovacchini (1967) onde consta uma referência a Edward Glover na qual aparece a expressão “mente primitiva”. Essa citação de Glover (1930) refere-se ao artigo *Grades of Ego-Differentiation*. Uma versão ampliada desse artigo foi publicada posteriormente (GLOVER, 1968a) e

nela não se encontra esse termo, mas são encontradas com frequência expressões como: *primitive ego*, *primitive nucleus*, *primitive structure*, *primitive ego-nucleus*. Além destas, inúmeras outras acompanhadas do adjetivo *primitive* são encontradas em diversos trabalhos do autor (1949, 1968a, 1968b, 1968c, 1968d), embora utilize também correlatos, como *primordial*, *initial*, *early*, *primary*, *archaic* e *original*.

Grotstein (1997) afirma que o conceito de primitivo tornou-se uma espécie de pedra de toque na psicanálise, destacando que, além de Freud, também Klein, Bion e Winnicott abordaram a questão, bem como outros tantos autores que não constituíram escolas psicanalíticas.

Destarte, de acordo com os autores consultados e indicados acima, há evidências do uso direto ou indireto da expressão “mente primitiva” por Freud, Klein, Glover, bem como por Winnicott e Bion, embora ainda não estejam claros nem o conceito nem o modo como tais autores efetivamente usaram tal expressão.

Nessa tentativa de encontrar subsídios que pudessem levar a definir com maior precisão o conceito em questão, foi encontrado um artigo de Lima (1998), onde se destaca o seguinte trecho:

É nesse sentido que penso que a obra de Melanie Klein, principalmente ao formular a sua teoria da **mente primitiva**, aparentemente tão simples (posição esquizoparanoide/ posição depressiva), aponta, a partir de achados clínicos, para a percepção de fenômenos psíquicos específicos do nosso tempo. Penso também que a combinação entre a teoria freudiana do aparelho mental tal como formulada no sétimo capítulo e a teoria kleiniana da **mente primitiva** tornou possível a W. Bion um novo salto em relação a este problema (LIMA, 1998, não paginado; grifo nosso).

A partir do texto de Lima e de outros comentários feitos anteriormente, é possível pensar que o conceito de mente primitiva tenha efetivamente surgido no campo psicanalítico kleiniano; entretanto também se pode pensar que esse conceito esteja ligado ao imperecível, ao *das Infantile* freudiano e às concepções teóricas desenvolvidas por Glover, Winnicott e Bion acerca do desenvolvimento do psiquismo.

Bem, o que estou tentando demonstrar? É que, embora o conceito em questão tenha se constituído como um marco no contexto da psicanálise kleiniana, há evidências de que outros autores (Freud e, pelo menos, Glover, Winnicott e Bion) tenham usado esse termo ou um equivalente, cada um a seu modo, nas suas teorias sobre o início do desenvolvimento psíquico. Também é preciso destacar que, mesmo considerando-se as influências mútuas, cada um desses cinco autores

indicados aqui construiu um corpo teórico onde apresenta concepções próprias acerca do psiquismo desde o seu início.

Por outro lado, até onde foi possível conhecer desses e de outros autores que usam a expressão *mente primitiva* ou congêneres, eles não a tratam como um conceito específico, não havendo uma definição mais precisa do que seja. Conforme assinalado anteriormente, em vários textos consultados a expressão *mente primitiva* aparece sem ser definida, sendo seu significado apenas suposto no contexto em que é empregada. Sempre aparece, quando muito, numa definição geral e ampla. Tanto que, quando se procurou defini-la – o que será apresentado mais adiante –, a definição foi baseada em autores brasileiros que, nos seus trabalhos, fazem-no de forma genérica ou suposta (cf. BRAGA, 1995; GOMES, 1983; KAIO, 1999; KORBIVCHER, 1999; LISONDO, 1992; LONGMAN, 1994; REZZE, 1997). Até se pode pensar que esses autores não tenham uma construção teórica que transcenda as escolas psicanalíticas a que estão vinculados e que, por isso, talvez não se preocupem com uma definição rigorosa em termos conceituais.

O mesmo parece acontecer na literatura internacional, pois um levantamento bibliográfico na base de dados PsycINFO também demonstrou que a expressão *mente primitiva* aparece sem ser definida, sendo seu sentido suposto pelo contexto de forma genérica (cf. AZZONI; BARTOCCI; DE ROSA; FERRO et al., 1986; BELL, 1996; DAVIDSON, 1963; EIGEN, 1981; EISSLER, 1952; EL SAFTI, 1973; JUNKERS, 2000; KHAN, 1968; LEIRA, 1998; OLSON, 1997; SHENGOLD, 1993; TUTTMAN, 1985; ZANOCCO; DE MARCHI; POSSI, 2006).

Mesmo se tomarmos autores criadores de teorias próprias, como é o caso de Freud, Winnicott, Klein e Bion, até onde o meu conhecimento pode alcançar, nenhum deles fornece uma definição pontual do que seja *mente primitiva*, embora o termo, ou um equivalente, seja usado por eles, seus seguidores e outros, dentro da especificidade de cada teoria. Ademais, não é um verbete encontrado na maioria dos dicionários de Psicanálise (COSTA, MAIA, BOLONHEIS, MIGLIAVACCA, 2008), o que, aliás, não quer dizer que o conceito não exista ou nem seja usado, pois, como destaquei na Apresentação, inúmeros são os meios pelos quais ele aparece.

Tal condição não sugere que esse conceito é problemático no vocabulário psicanalítico? Sem dúvida, existem, sim, complicações teóricas, metodológicas e epistemológicas.

A partir dos caminhos percorridos e do que pude vislumbrar como possibilidade, provisoriamente passei a entender a mente primitiva como um conceito que se refere à expressão dos estados iniciais do desenvolvimento do psiquismo humano, ou seja, aos níveis mais precoces da organização mental e suas manifestações (COSTA; CARVALHO, 2002).

Mediante o contato com essa questão em diferentes autores no âmbito da Psicanálise, tais como Bion (1994), Freud (1976a), Klein (1981, 1991) e Winnicott (1975, 1982a, 1982b, 1983), foi possível constatar a existência de diferentes posicionamentos em torno desse tema. Tais autores, pela força de suas proposições, formaram escolas que, sem se entrar na discussão das especificidades e controvérsias inerentes às suas posições, mantêm-se presentes no campo psicanalítico.

Além dos autores acima indicados, destacam-se alguns que, embora não tenham constituído escolas propriamente ditas, elaboraram *constructos* teóricos relevantes acerca do tema em questão. São eles: Abraham (1959, 1989); Bick (1991); Mahler (1982, 1989) e Mahler, Pine e Bergman (1986); Meltzer (1986, 1989, 1991a, 1991b); Spitz (1979, 1987); Tustin (1984, 1990, 1995) – entre outros.

Por outro lado, não é possível deixar de assinalar aqui o crescente interesse verificado nas últimas décadas pelo psiquismo pré- e perinatal. Neste campo, apenas para destacar, é possível citar os trabalhos de Pellanda (1996b), Piontelli (1995, 1996), Rascovsky (1960), Rezende (1995), Szejer e Stewart (1997), Tractenberg (1993), Verny (1989), Wilhelm (1988, 1992, 1997) e Zimerman (1995).

Por todas estas indicações, é possível concluir a existência de uma pluralidade de abordagens a respeito dos estados primitivos da mente e, por decorrência, sobre a mente primitiva; mas essa pluralidade vai além das indicações mencionadas, tendo-se em vista que a maioria dos autores importantes no âmbito da Psicanálise, direta ou indiretamente, abordaram o desenvolvimento da personalidade e, conseqüentemente, especularam sobre a mente primitiva (MILLS, 2002; NEMIROVSKY, 2002; VALLADARES, 2005; ZIMERMAN, 2001) ou sobre os

estágios iniciais do desenvolvimento do psiquismo humano, construindo hipóteses sobre suas origens.

1.3 Justificativas

A partir do que foi apresentado até o presente, em síntese, o que se destaca é que o conceito de mente primitiva é polêmico no âmbito da Psicanálise. Conquanto seja frequente nas produções psicanalíticas, seu uso está longe de ser consensual. Não obstante, mesmo considerando-se a diversidade de pontos de vista – sejam estes favoráveis ou não à utilização desse termo –, o que se evidencia é que não há consenso e que até o momento não há predomínio de uma das posições acerca desse conceito. Em que pese a isso, porém, nos textos de diferentes autores que incorporam o termo em suas teorizações, em diversos trabalhos anteriormente citados, tal ideia é utilizada com profundos efeitos na compreensão dos fenômenos clínicos e de aspectos do desenvolvimento psíquico tanto do ponto de vista teórico quanto do de suas contribuições para a técnica no trabalho analítico. Dentro dessa perspectiva, do ponto de vista clínico o termo mente primitiva muitas vezes parece ser utilizado como um conceito funcional que auxilia na compreensão de certas dinâmicas clínicas, e, concordando-se ou não, é possível ver nexos nas descrições de fatos clínicos que acompanham essa denominação (COSTA, MAIA, BOLONHEIS, MIGLIAVACCA, 2008).

Como não somente a literatura especializada expressa tal multiplicidade de posicionamentos, mas essa problemática e controvérsias a seu respeito são igualmente encontradas no discurso de profissionais (COSTA, MAIA; BOLONHEIS, MIGLIAVACCA, 2008), fica evidenciada a indicação de ser este um campo fértil para estudos, como possibilidade de ampliação do conhecimento, “[...] em que a incerteza e a relatividade dos conceitos são os principais ingredientes” (KORBIVCHER, 2001, p. 935), sem perder de vista a multiplicidade de vértices a partir dos quais um mesmo fenômeno pode ser considerado em psicanálise. Esse “pluralismo e controvérsia são a maneira pela qual se busca a pesquisa conceitual com suas implicações clínicas e técnicas” (WIDLOCHER, 2003, p. 56-57). Neste

sentido ainda é preciso considerar que “os progressos em psicanálise ocorrem não somente através de novas descobertas empíricas, mas também por meio da clarificação de seu sistema conceitual existente e também da criação ocasional de novos conceitos” (DREHER, 2005, p. 1).

Dentro dessa perspectiva, é preciso ponderar que uma investigação conceitual dessa ordem pode contribuir com o campo psicanalítico, não porque pretenda unificar as proposições ou estabelecer padronizações, mas no sentido de que permite assinalar as diferenças e os aspectos comuns e discuti-los de maneira que seja possível ampliar a compreensão de determinado conceito, favorecendo, sobretudo, a comunicação entre os pares e as diversas linhas de pensamento sobre a questão (LAVERDE RUBIO, 2004a; 2004b).

A investigação conceitual torna possível estabelecer meios de refinamento ao examinar minuciosamente os elementos, os contextos em que se insere determinado conceito em seu processo de construção, suas transformações e tentativas de consolidação no seio das múltiplas correntes teóricas psicanalíticas em suas complexas interações (DREHER, 2003; EIZIRIK, 2006).

Por todas estas considerações e por se inserir no seio de uma problemática com consequências teóricas e técnicas é que penso que se justifica o presente estudo.

1.4 Objetivos

O estudo tem como objetivo geral clarificar o processo de construção do “conceito”³ de mente primitiva, através da análise da produção psicanalítica escrita.

Constituem seus objetivos específicos:

- 1) detectar quais questões acerca da mente primitiva, bem como suas peculiaridades, são discutidas no campo da produção psicanalítica escrita e como é feita essa discussão;

³ As aspas aqui são para destacar a complexa problemática que envolve esse tema, bem como assinalar a ambiguidade presente nessa expressão, tendo em vista a pouca clareza e imprecisão conceitual que a cerca.

- 2) fazer um delineamento da trajetória dos trabalhos publicados sobre a mente primitiva quanto aos aspectos destacados como mais significativos e suas inter-relações com outros possíveis pontos;
- 3) propor discussões que permitam visualizar melhor não apenas o quadro atual da produção a respeito do assunto, mas, sobretudo, ampliar a análise para os possíveis desdobramentos que tais contribuições possam ter para além do campo teórico.

Considerando a problematização apresentada acima, bem com as justificativas e os objetivos, apresento a seguir os passos dados ao percorrer o caminho da investigação da questão proposta.

2. O PERCURSO E O ENQUADRE DA INVESTIGAÇÃO

2.1 O material

Tendo em vista que pretendo atingir os objetivos mediante a análise da produção psicanalítica escrita e que se trata de um universo muito amplo, em vista do grande volume de publicações na área em âmbito mundial, defino como material objeto de estudo a Revista Brasileira de Psicanálise e o *International Journal of Psycho-Analysis*, em suas edições no período de 1990 a 2005. Esta opção tem a função de estabelecer alguns limites quanto à abrangência do campo a ser investigado, tanto em termos temporais quanto materiais, referindo-se apenas à necessidade de delimitação.

Para a escolha dos dois periódicos acima indicados, além da necessidade de circunscrição e de ser levada em conta a maior facilidade de localização e acesso a essas publicações, considere relevante o fato de a Revista Brasileira de Psicanálise ser o órgão oficial da Federação Brasileira de Psicanálise (FEBRAPSI), antiga Associação Brasileira de Psicanálise (ABP), e de o *International Journal of Psycho-Analysis* ser um periódico de abrangência mundial vinculado à *International Psychoanalytical Association* (IPA).

Para a seleção dos trabalhos adotei como critério que eles apresentassem em seus títulos, resumos, palavras-chave, ou no corpo textual, a expressão “mente primitiva” ou congêneres. Assim sendo, entendo como congêneres aqueles termos que possam ser considerados semelhantes, similares à expressão “mente primitiva”; portanto, que tenham a mesma natureza ou dela se aproximem. Desse modo, hipoteticamente, tais termos parecem trazer subentendida a noção de “mente primitiva”, sendo alguns deles:

- áreas primitivas da mente (do psiquismo);
- aspectos primitivos da mente (do psiquismo);
- atividade mental (ou psíquica) primitiva;
- camadas primitivas da mente;
- estados mentais primitivos;

- estados primitivos da mente (do psiquismo);
- estruturação mental (psíquica) primitiva;
- fenômenos mentais (psíquicos) primitivos;
- funcionamento mental (psíquico) primitivo;
- modo mental primitivo;
- mundo mental (psíquico) primitivo;
- níveis primitivos da mente (da vida mental);
- organização mental (psicológica) primitiva;
- primitivismo mental (psíquico);
- psique primitiva;
- psiquismo primitivo;
- realidade psíquica (infantil) primitiva;
- vida mental (psíquica) primitiva.

2.2 Justificativas

É oportuno debruçar-se sobre a produção escrita contida em canais de comunicação formal como os periódicos, pelo destaque que possuem na divulgação do conhecimento (CAMARGO, 1997; MOURA, 1997; OHIRA, 1997; PÉCORRA, 1997; VIEIRA, 1997a) e pelo esforço de estruturar o saber produzido em determinada área sobre certos assuntos veiculados (QUELHO, 1991). Ademais, isso pode contribuir para o desenvolvimento do campo de conhecimento em foco, por permitir análises e avaliações (NOGUEIRA, 1997) que possibilitam estabelecer indicadores, variáveis e diretrizes e fazer o mapeamento dos avanços, retrocessos, propostas, dúvidas e questões em aberto (FREITAS, 1997; NOGUEIRA, 1997; VIEIRA, 1997b), propiciando a abertura de novos horizontes de estudos em uma área específica (LOURENÇO, 1997).

2.3 O método

Considerando as questões e os objetivos anteriormente apresentados, parece-me que a escolha do método de pesquisa bibliográfica seria de grande valia, entendendo-se tal método particularmente como

[...] um tipo especial de pesquisa documental que, como o nome indica, tem por suporte da informação o documento bibliográfico. Compreende a busca e a análise sistemática da informação contida em um acervo documental bibliográfico, cujos parâmetros são cuidadosamente especificados e segue procedimentos adequados aos objetivos e norteadores da mesma (WITTER, 1990, p. 23-24).

Essa modalidade justifica-se por sua relevância para a análise e síntese do conhecimento já produzido, como também por permitir a detecção de novas questões acerca do tema, de aspectos ainda pouco explorados que permitiriam abrir espaço para novas indagações e pesquisas (CHIZZOTTI, 1991; MEDEIROS, 1996; OLIVEIRA, 1997; PÁDUA, 1995; WITTER, 1990).

Faço minhas as palavras de Azevedo, Campolina e Pedroza (2000, p. 71), para os quais

a perspectiva adotada se baseia no pressuposto da pesquisa qualitativa, em que a subjetividade do pesquisador está presente continuamente no processo de construção do conhecimento. Sobre este referencial entendemos que a pesquisa bibliográfica se constitui em um processo de compreensão interpretativa das fontes [...].

Assim, não se trata apenas de propor uma revisão do que já foi produzido sobre o tema, mas de uma tentativa de ir além, buscando, a partir do que está posto, o que pode ser apreendido e os sentidos que possam emergir do contato com o material.

Nesta perspectiva, dentro dos pressupostos da pesquisa qualitativa, o pesquisador se constitui no seu principal instrumento, empenhando-se em descrever sua compreensão a partir dos dados descritivos obtidos, com vista a estabelecer sentidos e significados (LUDKE, ANDRÉ, 1988; McLEOD, 1994; TRIVIÑOS, 1995). Para isso o pesquisador se coloca na posição de “imerso” no processo, como parte intrínseca de sua pesquisa (MUCCHIELLI, 1991), tornando-se alguém que participa e se envolve com a situação que pretende conhecer e investigar (GOMES, 1991).

Deste vértice, ao se pretender imerso na complexidade e diversidade do que objetiva estudar, o pesquisador deve ter um posicionamento aberto e flexível para ir construindo as opções que se fizerem convenientes no decorrer do processo, pois são as necessidades e as demandas que vão surgindo no decorrer da pesquisa que determinam seu rumo (GONZÁLES REY, 2002). Tal posicionamento permite que o problema a ser investigado seja um ponto de partida, pois “o curso da pesquisa, as estratégias empregadas e os instrumentos não constituem definições rígidas *a priori*, mas são definidos pelo curso da informação e pelas necessidades que surgem progressivamente” (GONZÁLES REY, 2002, p. 58).

De acordo com Laverde Rubio (2004a), a utilização preferencial da perspectiva metodológica qualitativa na investigação conceitual, com o estudo e a compreensão de textos, favorece a clarificação do modo de compreender e usar os elementos teóricos. Esse mesmo autor (2004b) ainda salienta que a investigação conceitual procura construir espaços de significação e estabelecer os aspectos coincidentes e divergentes no uso dos elementos teóricos em estudo; mas também alerta para a existência

(...) em alguns conceitos psicanalíticos de um certo grau de ambiguidade ou paradoxo, elementos que escapam a razão, o imprevisto, o lúdico, o humor, os jogos de palavras e os equívocos que é necessário aceitar sem pretender simplificar ou desmantelar (LAVERDE RUBIO, 2004a, p. 223).

A importância da investigação conceitual para a psicanálise é destacada por Ahumada e Doria-Medina (2004) como imprescindível para a sua consolidação enquanto disciplina, sendo indispensáveis as clarificações conceituais. Não se trata, porém, de buscar a unificação de critérios ou estabelecer padronizações. Trata-se, sobretudo, de “[...] pôr em evidência as diferenças e as áreas comuns, cujo objetivo final seria melhorar nossa comunicação” (LAVERDE RUBIO, 2004a, p. 220).

Trata-se, assim, de uma pesquisa teórica, conceitual, de acordo com os pressupostos qualitativos, caracterizando-se, do ponto de vista de seus objetivos, como descritivo-exploratória. Desse ponto de vista, os dados oriundos do material contido nas fontes referenciais foram observados, registrados, categorizados e analisados, proporcionando maior familiaridade com o objeto de estudo e tornando sua problemática mais explícita, por destacar suas características e peculiaridades.

2.4 Configuração da análise dos resultados

Considerando o método escolhido e tendo como suporte o referencial psicanalítico, foram adotadas as seguintes etapas: a imersão, a categorização e a interpretação.

A imersão diz respeito ao envolvimento do pesquisador com os dados coletados através de sucessivas leituras do material. É essa imersão nas informações coletadas que permite ao pesquisador ir identificando e separando os elementos que compõem o material, destacando-os, mas sempre levando em conta a relação deles entre si (LÜDKE; ANDRÉ, 1988; McLEOD, 1994; MUCCHIELLI, 1991).

A categorização é o processo de construção de categorias descritivas a partir do estabelecimento de codificações e classificações do material, resultante do trabalho sistemático na etapa anterior (LUDKE; ANDRÉ, 1988; McLEOD, 1994).

A interpretação constitui-se no processo através do qual o pesquisador elabora um sentido acerca do tema da investigação a partir dos dados, dentro de uma perspectiva mais ampla. O pesquisador também pode construir um modelo explicativo ou fazer uso de uma teoria reconhecida para explicar os resultados a que chegou (McLEOD, 1994). Segundo Orlandi (1996), “não há sentido sem interpretação” (p. 21), “[...] sendo análise e teoria inseparáveis” (p. 38) nesse processo.

2.5 Procedimentos

Tendo em vista os objetivos propostos e o método escolhido, passarei a apresentar os procedimentos que foram necessários à sua efetivação.

O primeiro passo consistiu em identificar, por meio de levantamento a respeito do assunto, o material documental existente, tanto aquelas produções que se restringissem aos periódicos selecionados quanto aquelas referentes a outras

possíveis fontes primárias que pudessem contribuir para a fundamentação e aprofundamentos que viessem a se fazer necessários em relação à temática.

Para a realização desse levantamento fiz consultas a diversas bases de dados on line, que indico a seguir:

- Psique (www.sbpc.org.br/iah);
- Jourlit – Base de Dados de Psicanálise (www.apsa.org/default.aspx);
- PEP: Psychoanalytic Eletronic Publishing (www.p-e-p.org);
- Rede Psi Iberoamericana de Psicanálisis, Psicologia e Psiquiatria (www.psinet.com.ar);
- Banco de Teses da Capes (www.capes.gov.br/serviços);
- Portal de Periódicos da Capes (www.periodicos.capes.gov.br);
- DEDALUS: Banco de Dados Bibliográficos da USP – Catálogo Geral OnLine Global (dedalus.usp.br/4500/ALEPH/por/USP/USP/DEDALUS/START)
- Biblioteca Virtual em Saúde (www.bvs-psi.org.br);
- Biblioteca Virtual de Psicoanálisis Latinoamericana – BiViPsiL (www.bibipsil.org);
- LILACS – Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (www.bireme.br/php/index.php);
- MedLINE – Literatura Internacional em Ciências da Saúde (www.bireme.br/php/index.php);
- SciELO: Scientific Eletronic Library Online (www.scielo.org/php/index.php);
- PEPsic: Periódicos Eletrônicos em Psicologia (sciELO.bvs-psi.org.br/scielo.php);
- Google Acadêmico (scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR).

Outras bases, em função de acesso restrito, foram consultadas pelo sistema da Biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, que foram:

- UnibibliWEB – Portal dos Sistemas de Bibliotecas das Universidades Estaduais Paulistas;
- ProQuest Dissertations and Theses;
- Web of Science;
- Psicodoc – Base de Datos Bibliográfica de Psicologia; e
- PsycINFO.

A partir desse levantamento passei à etapa de localização e recuperação do material identificado para ter acesso direto a ele, pela internet (para aqueles que estavam disponíveis on-line), dos acervos da Biblioteca do Instituto de Psicologia da USP, da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá, da Biblioteca Virgínia Leone Bicudo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e dos serviços de comutação bibliográfica. Com isso, passei à fase de compilação, que se caracteriza pela obtenção e reunião do material (CAMPOS, 2001; MEDEIROS, 1996).

O passo seguinte foi começar a leitura do material, dando início ao processo de imersão. Foi este o primeiro contato com as informações contidas nos textos, o qual permitiu identificar e, progressivamente, ir separando os elementos necessários à pesquisa, o que, provavelmente, contribuiu para o refinamento das informações coletadas. À medida que procedia à leitura fui elaborando fichamentos do material para posteriores consultas e referências.

Contrariando minha constatação e o que foi evidenciado em outro estudo (COSTA, MAIA, BOLONHEIS, MIGLIAVACCA, 2008) – que a expressão “mente primitiva” é frequentemente utilizada na literatura psicanalítica, em palestras e conversas entre os pares - o levantamento realizado via bases de dados *on line* indicou apenas 04 (quatro) artigos publicados na Revista Brasileira de Psicanálise.

Diante desse fato, resolvi ler todo o material publicado no referido periódico, no período compreendido entre 1990 e 2005, procurando aprofundar a busca pela expressão “mente primitiva” ou congênere. Assim, foram lidos 821 artigos e 249 resenhas, totalizando 1.069 produções, das quais 109 foram selecionadas.

Quanto ao International Journal of Psycho-Analysis, pelo levantamento feito nas bases de dados on line foram encontradas 318 referências no mesmo período, as quais foram localizadas e lidas na íntegra, sendo selecionados 50 artigos que efetivamente continham a expressão mente primitiva ou termo congênere.

2.6 Outras considerações

Ao me defrontar com as indagações que me levaram a propor a presente investigação, muitos foram os caminhos possíveis de serem tomados. Poderia ter-me centrado, por exemplo, em pesquisar o tema em determinado autor ou em determinada escola psicanalítica; ou então confrontar um ou mais autores e/ou vertentes do pensamento psicanalítico. Estas seriam algumas formas de direcionar os esforços em determinada direção que favoreceria delimitar mais precisamente o foco de estudo. Entretanto preferi o caminho em que o olhar se dirigisse para um amplo horizonte, o da pluralidade tanto de abordagens psicanalíticas quanto de autores, mantendo, em qualquer caso, uma postura que sustentasse como vértice que delimitou a presente investigação o suposto conceito de mente primitiva. Isto me tornou possível mergulhar na pluralidade, na imprecisão, na tentativa de compreender a função disto e, a partir daí, aprofundar-me no estudo do conceito em questão.

Isto quer dizer que não pretendi dar conta de tudo o que foi produzido sobre o assunto, tanto que algumas delimitações estratégicas foram necessárias, como a temporal (1990-2005) e a material (Revista Brasileira de Psicanálise e International Journal of Psycho-Analysis); mas também significa que, em função dessa postura acima indicada, mantive-me aberto para o que foi surgindo em decorrência do levantamento e das etapas posteriores, não me preocupando em fazer objetivamente uma revisão bibliográfica das teorias dos autores clássicos, mas resgatando deles o que fosse necessário a partir de um determinado achado, caso julgasse imprescindível.

Dizendo de outro modo, meu objeto de estudo não é a teoria sobre a mente primitiva de determinado autor ou escola. Meu objeto é o suposto conceito de mente primitiva, ou congênere, onde ele aparecer no levantamento efetuado na literatura, com as diversas teorias como pano de fundo, como contexto a partir do qual adquire significado.

No processo de imersão e categorizações preliminares sobressaíram questões relacionadas à conceituação em psicanálise e suas imprecisões características, que já estavam postas logo no início deste trabalho em relação ao

conceito de mente primitiva, entre as quais se destacaram: o que é um conceito psicanalítico?; quais as suas especificidades?; em que isso difere das demais áreas do conhecimento?. Pareceu-me difícil ir em frente atendo-me apenas à especificidade do conceito de mente primitiva, ou congêneres, sem tentar esclarecer em parte tais questões. A seguir serão apresentadas algumas discussões a respeito.

3. OS CONCEITOS E A PSICANÁLISE

3.1 O conceito, a definição e a concepção

Para tentar entender a especificidade do conceito no campo psicanalítico é preciso buscar entendê-lo em sentido mais amplo. Enfim, o que é um conceito?

Para Japiassú e Marcondes (1996, p. 48), em geral “[...] o conceito é uma noção abstrata ou ideia geral, designando seja um objeto suposto único [...], seja uma classe de objetos [...]”. Para esses autores o conceito é caracterizado por sua “[...] compreensão ou o conjunto dos caracteres que constituem a definição do conceito [...]” e por sua “[...] extensão ou o conjunto dos elementos particulares dos seres aos quais se estende esse conceito” (p. 49). Afirmam ainda que “[...] quanto maior for a compreensão, menor será a extensão; quanto menor for a compreensão maior será a extensão” (p. 49).

Blackburn (1997, p. 66), por sua vez, expressa que um conceito refere-se ao

(...) que é compreendido por um termo, em particular um predicado. Possuir um conceito é ter uma capacidade de usar um termo que o exprima ao fazer juízos; essa capacidade está relacionada com coisas como saber reconhecer quando o termo se aplica, assim como poder compreender as consequências de sua aplicação.

Stratton e Hayes (1994, p. 43) consideram o conceito “um conjunto de ideias e propriedades que pode ser empregado para reunir coisas em um mesmo grupo”, sendo uma ideia generalizada que pode ser abstrata ou concreta.

Piéron (1969) afirma que o conceito é a “representação simbólica (quase sempre verbal) utilizada no pensamento abstrato, tendo um significado geral válido para um conjunto de representações concretas, no que elas tenham de comum [...]”.

Por conceito, Abbagnano (1970, p. 151) entende

“Em geral, todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. Assim entendido, o termo tem significado generalíssimo e pode incluir toda espécie de sinal ou procedimento semântico, qualquer que seja o objeto a que se refere, abstrato ou concreto, próximo ou longínquo, universal ou individual, etc. [...] Embora o conceito seja normalmente indicado por um nome, ele não é

o nome, já que diferentes nomes podem exprimir o mesmo conceito ou diferentes conceitos podem ser indicados, por equívoco, pelo mesmo nome. [...] a função primeira e fundamental do conceito é a mesma da linguagem, isto é, a comunicação”.

Segundo Turato (2003), os conceitos são criações do intelecto humano, portanto são construções intelectuais dependentes do contexto em que surgem em termos paradigmáticos, de certa visão de mundo e impregnados de uma teoria prévia. Assim, “[...] o termo conceito apresenta um contorno mais restrito [...], na medida em que é a representação, igualmente pelo pensamento, mas de um objeto preciso, atendo-se à sua qualidade e formulando ideias bem caracterizadas” (TURATO, 2003, p. 509).

De acordo com Laverde Rubio (2004a), o conceito passa pela definição, que estabelece aquilo que o identifica, a forma de reconhecê-lo e diferenciá-lo de outros, bem como relacioná-lo com outras ideias que lhe sejam semelhantes.

Assim, a definição “é a operação que determina a compreensão de um conceito” (DUROZOI; ROUSSEL, 1993, p. 119). Desse modo, o ato de definir “[...] significa determinar a ‘compreensão’ que caracteriza um conceito” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 49). Por conseguinte, “o ato de definir deve provocar o efeito de se afirmar quais são os fins (onde acaba) do objeto eleito para a discussão, fazendo uma exposição de fronteiras explícitas, trazendo-lhe explicação precisa [...]” (TURATO, 2003, p. 509).

Diz Teixeira (2007, p. 113) que “é por meio da definição que o conceito é constituído e, portanto, não pode haver diferenças entre aquilo que o conceito contém e aquilo que a definição diz que ele contém”.

Além dos termos “conceito” e “definição”, é frequente também o uso do termo “concepção”, que, segundo Turato (2003, p. 508-509),

[...] devemos empregar quando nos referimos ao fato de que houve uma criação mental, uma formação de ideias sobre um assunto, uma abstração em relação a um tema em questão, sem que haja a preocupação de colocar suas delimitações, seus contornos de formação ou suas fronteiras com as concepções de outros temas vizinhos. [...]. Na linguagem da conversação comum, concepção quer dizer simplesmente ‘noção’ ou ‘modo de ver’ de alguém.

Portanto, o termo “concepção”, se comparado com os dois anteriores, é mais amplo que conceito e definição, dos quais este último é o termo mais restrito, indicando com maior precisão a que se refere.

3.2 O conceito e o campo psicanalítico

Considerando-se que “[...] a incerteza e a relatividade dos conceitos são os principais ingredientes” (KORBIVCHER, 2001, p. 935) nos processos do conhecimento humano e que pluralismo e controvérsia são inerentes particularmente ao campo psicanalítico (WALLERSTEIN; FONAGY, 1999; WIDLOCHER, 2003), tem-se a dimensão da multiplicidade de perspectivas pelas quais é possível abordar um mesmo fenômeno e da complexidade que isto representa. Essa diversidade justifica-se, segundo Celes (2000), em função da variedade com que o próprio fazer psicanalítico permite o surgimento em sua tematização, pela postura própria do pensar psicanalítico, que constantemente provoca o questionamento da experiência e o recriar das ideias (FRAYZE-PEREIRA, 2004). Apesar, porém, das inúmeras possibilidades, com diferenças por vezes quase irreconciliáveis, pode-se pensar ser desejável a construção de pontos de intersecção que criem um campo onde seja possível a discussão, tanto teórica quanto clínica (ALBUQUERQUE, 2001), sem que isso necessariamente signifique a busca de homogeneização, de padronização, mas de compreensão, inclusive favorecendo a comunicação entre os diversos posicionamentos.

Nessa perspectiva, a questão dos conceitos e suas definições é fundamental, pois estes são criados em determinado campo do conhecimento com a função de descrever, categorizar e formular hipóteses acerca de fenômenos sobre os quais se pretende fornecer uma explicação, e nesse processo de construção proliferam significados para um mesmo termo, ou novos termos são criados com o mesmo significado. Deste modo, somente discussões e sistematizações acerca do que foi produzido durante certo período podem favorecer a compreensão de determinado termo segundo o sentido em que é utilizado e o contexto específico em que surgiu.

Na psicanálise esse processo não é diferente e é mais problemático, como será discutido ao longo desta parte, tendo-se em vista sua peculiaridade como ramo do conhecimento e o fato de que os sucessivos empreendimentos para a definição dos conceitos da teoria psicanalítica ainda são considerados

insatisfatórios, como afirma Moore (1992), referindo-se às inúmeras compilações de termos psicanalíticos que surgiram e se tornaram obras de referência. Além disso, conforme Sandler (1993) e Barros (1996), desde a década de 80 parece existir uma atenção maior à natureza das teorias psicanalíticas e sua multiplicidade, bem como aos conceitos teóricos enquanto conjuntos de construções que norteiam o trabalho clínico, partindo-se da aspiração de alguns analistas que remetem ao desenvolvimento de uma concepção teórica mais enraizada no tratamento analítico.

De fato, tais construções que norteiam o trabalho analítico são “modelos”, “[...] esquemas que buscam a trama conceitual de um real existente, em uma apreensão que permite operar transformadoramente sobre este último” (BLEICHMAR, 1996, p. 96). Acrescenta a autora que dúvidas emergirão constantemente e que as respostas deveriam partir não somente da observação clínica, mas igualmente da delimitação clara das conceituações. Além disso, muitas conceituações psicanalíticas consolidaram-se e em parte se tornaram, até certo ponto, consensuais. Na prática, por vezes elas apresentam matizes muito específicas que podem tornar-se díspares (BRITO, 1996). Não obstante, “[...] é na tensão entre riqueza clínica e elaboração teórica que se forja um caminho singular, a ser reinventado a partir da construção freudiana [...]” (FALBO; HERZOG, 2001, p. 87).

Afirma Lo Bianco (2001, p. 7):

O psicanalista lida com definições teóricas abstratas que orientam sua prática. Essas, no entanto, são ajustadas e precisadas a partir do cotidiano da experiência analítica, que fornece o material para o refinamento da elaboração teórica subsequente. É esse movimento que permite a diminuição da distância entre teoria e prática e o aumento do vigor que deve caracterizar a práxis analítica.

Segundo Moore (1992), Freud conceituou os processos mentais e cunhou uma terminologia própria para a psicologia profunda que criou, sem, entretanto, definir sistematicamente os termos instituídos. Embora fosse, sem sombra de dúvida, um exímio escritor, não apresentou definições mais precisas dos termos criados, e se isso não impediu sua compreensão e disseminação, consolidando-se sua expansão, ao menos instaurou dificuldades que permanecem mesmo nas novas construções conceituais do conhecimento psicanalítico contemporâneo. Tanto isto é verdade que, de acordo com Opatow (1993, p. 438), “termos subjetivos e explicativos coexistem incomodamente [...]” no discurso teórico psicanalítico, e a

carência de uma melhor estrutura conceitual força a que sejam criadas soluções que nem sempre favorecem a clareza, a compreensão e a comunicação.

Para MOORE, 1992 (p. XXV),

a inconsistência conceitual de Freud, expressa em um poético jogo de palavras – ironia e personificação de mecanismos, citações e fontes –, emprestou a seus textos uma ambiguidade e uma flexibilidade que o capacitaram a dizer diversas coisas diferentes ao mesmo tempo. Assim, Freud comunicou seus conceitos por via do emprego aprimorado de uma linguagem vívida e emocionalmente atraente, convincente, evocando no leitor um sentimento pelo problema em questão.

Home (2004, p. 339) afirma haver o “[...] reconhecimento de que a teoria psicanalítica tem dificuldades lógicas sérias, que muitos de seus conceitos são maldefinidos e muitos dos termos usados regularmente para descrição clínica são empregados de forma ambígua”. O autor acrescenta que essa problemática conceitual pode ser justificada pelas inúmeras linguagens diferentes utilizadas, mas que isso parece evidenciar, na verdade, uma postura de eximir-se da responsabilidade intelectual.

Essa chamada inconsistência conceitual de Freud, a considerar a posição de Monzani (1989, p. 302), que afirma ser a construção freudiana “[...] uma lenta gestação conceitual onde as noções retificadas, precisadas, repensadas ou explicitadas umas em função das outras e também em função das novas aquisições fornecidas pela prática clínica”, parece indicar que foram se construindo os conceitos de modo a alcançarem maior precisão e refinamento; mas obviamente isso aconteceu segundo o estilo próprio de Freud de construir, de apresentar, de comunicar suas construções, e não significa, necessariamente, que de fato ele tenha atingido a precisão e clareza conceitual. Tanto assim é que, na psicanálise freudiana,

o que temos é sempre uma progressiva rearticulação e redefinição dos conceitos determinada por sua lógica interna e pela progressiva integração dos dados da experiência. Ora se trata do aprofundamento e do alargamento de um conceito (sedução). Ora se trata de uma progressiva diferenciação no interior de um mesmo conceito (ego). Ora da emergência de uma noção implícita mas ordenadora (a pulsão de morte) etc. E cada uma dessas operações leva, por sua vez, frequentemente, a que se obrigue a repensar o conjunto dos conceitos que lhe são vizinhos e assim por diante (MONZANI, 1989, p. 303).

3.3. Freud e o processo de conceituação

É inegável que “Freud manteve ao longo de toda a sua vida um esforço sistemático para conceituar o que emergia de suas descobertas clínicas”, de acordo com Ahumada (AHUMADA; DORIA-MEDINA, 2004, p. 318); contudo, ainda conforme esse mesmo autor, tal esforço deve ser visto na perspectiva de que os conceitos psicanalíticos são conceitos abertos, e como tal, sofrem modificações e redefinições em função dos seus múltiplos contextos de uso.

Ao se referir à noção de conceito aberto, Ahumada baseia-se em Pap (1966), que por sua vez a transpôs das proposições de Wittgenstein acerca da conceituação em filosofia, aplicando-a à arte. O mesmo havia feito Weitz (1956), que, além da arte, estendeu a noção de conceito aberto também à estética.

Partindo das obras de Pap e de Weitz, acima indicadas, Teixeira (1999, n. p.) afirma o seguinte:

Por *conceito aberto* entende-se aquele conceito para o qual não podemos fornecer condições necessárias e suficientes de modo a especificar quais os objetos que pertencem à extensão desse conceito. [...]. O que importa reter da ideia de conceito aberto, é que isso nos irá permitir que sempre que apareça uma situação ou um caso novo possamos alargar o uso do conceito para o incluir. (itálicos da autora).

Complementam Almeida et al. (2003, n. p.):

Um conceito é aberto se não houver um conjunto de características fixas, ou condições necessárias e suficientes, a partir das quais ele possa ser definido, isto é, a partir das quais se torna possível encontrar a sua extensão. [...]. Isto significa que um conceito aberto é reajustável, podendo ser corrigido de modo a alargar o seu uso a casos completamente novos.

Desse modo, é possível pensar que um conceito aberto incorpora a ideia de incompletude, aproximando-se da concepção de que

em psicanálise não é absolutamente necessária uma intenção precisamente determinada [de um conceito] devido ao peculiar de nosso objeto de estudo, tal grau de precisão se encontra além de nossas necessidades. É suficiente a determinação das características essenciais ou particulares, a qual diminui os equívocos, pois não pretende eliminar toda a ambiguidade. Por outro lado, é necessário precisar a extensão, ou seja, o conjunto de dados clínicos aos quais pode aplicar-se um conceito, os quais devem ser limitados, pois se são muito extensos se fragiliza o conceito (LAVERDE RUBIO, 2004a, p. 220).

Darriba (2003a) também concorda que a obra freudiana expressa o esforço constante de reflexão de Freud no tocante à sua produção conceitual.

No final da primeira conferência proferida nos Estados Unidos, Freud (1910/1970) demonstra sua preocupação com a possibilidade de não ter sido claro o suficiente em sua exposição e de que concepções novas tendem a ser pouco claras, em função de seu conhecimento não ter avançado o suficiente, pois a construção de uma teoria sólida é um processo que não acontece gratuitamente. Já em “Os instintos e suas vicissitudes”, Freud (1915/1974d, p. 137) adverte que

[...] as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas ideias abstratas ao material manipulado, ideias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais ideias – que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência – são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. Devem, de início, possuir necessariamente certo grau de indefinição; não pode haver dúvida quanto a qualquer delimitação nítida de seu conteúdo. [...]. Só depois de uma investigação mais completa do campo de observação, somos capazes de formular seus conceitos científicos básicos com exatidão progressivamente maior, modificando-os de forma a se tornarem úteis e coerentes numa vasta área. Então, na realidade, talvez tenha chegado o momento de confiná-los em definições. O avanço do conhecimento, contudo, não tolera qualquer rigidez, inclusive em se tratando de definições.

Ideia semelhante aparece também em “Sobre o narcisismo: uma introdução”, quando Freud (1914/1974c, p. 93) afirma:

Não é agradável a ideia de abandonar a observação pela controvérsia teórica estéril, mas nem por isso nos devemos esquivar de uma tentativa de elucidação. [...]; uma teoria especulativa das relações em questão deveria começar por buscar como base um conceito nitidamente definido. Mas sou da opinião de que é exatamente nisso que consiste a diferença entre uma teoria especulativa e uma ciência erigida a partir da interpretação empírica. Esta última não invejará a especulação por seu privilégio de ter um fundamento suave, logicamente inatacável, contentando-se, de bom grado, com conceitos básicos nebulosos mal imagináveis, que espera apreender mais claramente no decorrer de seu desenvolvimento, ou que está até mesmo preparada para substituir por outros.

Em “Um estudo autobiográfico” (1925/1976e), Freud afirma:

Já ouvi dizer várias vezes em tom de desprezo que é impossível aceitar seriamente uma ciência cujos conceitos mais gerais se ressentem de exatidão, como os da libido e do instinto na psicanálise. Mas essa censura repousa numa concepção totalmente errônea dos fatos. Conceitos básicos claros e definições vivamente traçadas somente são possíveis nas ciências mentais até o ponto em que as segundas procuram ajustar uma região de fatos no arcabouço de um sistema lógico. [...]. A zoologia e a botânica não partiram de definições corretas e suficientes de um animal e de uma planta; até hoje a biologia foi incapaz de dar qualquer significado certo ao conceito de vida. A própria física, realmente, jamais teria feito qualquer progresso se tivesse tido de esperar até que os seus conceitos

de matéria, força, gravitação, e assim por diante, houvessem alcançado o grau conveniente de clareza e precisão. As ideias básicas ou os conceitos gerais em qualquer das disciplinas da ciência sempre ficam indeterminados no início e somente são explicados, para começar, mediante referência ao domínio dos fenômenos de que se originaram; é somente por meio de uma análise progressiva do material de observação que podem ser tornados claros e podem encontrar um significado significativo e consistente. [...]. A psicanálise era constantemente censurada pela sua falta de completamento e insuficiência; embora seja claro que uma ciência baseada na observação não tem nenhuma outra alternativa senão elaborar seus achados de forma fragmentária e solucionar seus problemas passo a passo. (FREUD, 1925/1976e, p. 73-74).

3.4 A especificidade do conceito psicanalítico

Darriba (2002, 2004) enfatiza a provisoriedade da produção conceitual freudiana, condição que é sua essência, embora possa ser vista como um estágio em que se encontra determinada disciplina, no caso, a psicanálise, como uma condição momentânea. A provisoriedade conceitual “[...] instaura a singularidade do objeto da psicanálise” (DARRIBA, 2002, p. 65), que inaugura “[...] a impossibilidade do conceito psicanalítico alcançar uma total e definitiva apreensão da realidade com a qual lida” (DARRIBA, 2003a, p. 13). Desse modo, “[...] talvez o que defina o conceito psicanalítico seja seu ‘inacabamento’ como contrapartida de um real que se exclui” (DARRIBA, 2003b, p. 179), em que “definir, conceituar e teorizar adquirem outra dimensão, sem dúvida útil e suficiente, mas cuja utilidade e suficiência tocam reiteradamente seu próprio limite a cada novo acontecimento na clínica, provocando ativa instabilidade” (FIGUEIREDO; VIEIRA, 2002, p. 28).

De acordo com Warchavchic, Saddi e Khouri (2004, p. 12),

[...] nossos conceitos por vezes são malcomportados e problematizam inclusive a própria ideia de conceito. Assim, nosso princípio é contraditório e a investigação psicanalítica deve incorporar a possibilidade do objeto se transformar, perder sua unidade de maneira imprevista, para se recuperar de uma outra forma em outro momento.

Band (2000) toma as colocações de Freud anteriormente citadas como um alerta de que as indefinições iniciais, ou a pouca clareza das definições, não constituem somente uma possibilidade, por estarem em construção, mas uma real necessidade, porquanto as próprias inconsistências contêm em si uma marca

inconsciente “[...] de renúncia à completude e às certezas, e de abertura ao movimento” (p. 65). Embora isso seja o diferencial psicanalítico, uma particularidade em relação a outros campos do conhecimento, é preciso considerar que, conquanto a psicanálise trate de questões que por si mesmas não fazem parte do campo científico tradicional, “[...] as questões do sujeito só podem surgir em um mundo no qual a ciência é possível” (CALAZANS, 2002, p. 33). Essas questões estão, portanto, sujeitas à necessidade de clareza, de precisão, de delimitação, mesmo que passíveis de discussão, pois se inserem no mundo da linguagem, que deve transmitir com nitidez o conhecimento alcançado (ALLEGRO, 1990). Isso, por outro lado, não quer dizer deixar de levar em conta a qualidade essencial do dado psicanalítico, que não pode ser reduzido a um quadro de referência neopositivista (HOLMES, 1998; WILLIAMS, 1998a), que envolveria padronização, operacionalização, etc., sem a perda do seu próprio quadro de referência teórica. Destarte, não é possível estabelecer conceitos psicanalíticos por meio de definições operacionais sem descaracterizar o próprio conhecimento gerado (NEMIROVSKY, 2002).

É preciso ter em mente que qualquer dado, enquanto tal, somente o é quando tomado na perspectiva de “[...] um sistema específico de pensamento que o considera como tal” (CALAZANS, 2006, p. 277).

Talvez seja por isso que, na opinião de Mezan (2003, p. 4), a psicanálise, “[...] ainda que partindo da prática clínica, apresenta-se como um sistema conceptual de extremo rigor. Cada elemento deste sistema articula-se com os outros de maneira precisa [...]”. Nesse sentido, Maldavsky (2001) também considera que a psicanálise construiu conceitos refinados e específicos, pela articulação das exigências clínicas com a necessidade de explicitação de categorias explicativas.

3.5 Algumas vicissitudes dos conceitos psicanalíticos

Em um prefácio para *The Hampstead Clinic Series*, Anna Freud (1987) pondera que ao longo da história da Psicanálise os conceitos psicanalíticos

sofreram inúmeras vicissitudes, desde aquelas em que as mudanças ocorreram na direção de se ampliar e aprofundar a compreensão, até aquelas mudanças em que certos conceitos tornaram-se cada vez mais vagos e imprecisos. Ressalta a autora que o que ocorre com maior frequência é que “muitos conceitos são levados avante através da cena variável da teoria e prática psicanalítica, sem que se dedique suficiente pensamento à sua necessário [sic] alteração ou redefinição” (p. 09).

Zolty (1989) também concorda que os conceitos psicanalíticos, desde Freud, resistem ao processo de definições estritas, tornando-se, via de regra, saturados de múltiplas significações que, por vezes, são até contraditórias. Para essa autora, a impossibilidade de se determinar um sentido unívoco a um conceito psicanalítico relaciona-se não somente com o desenvolvimento da psicanálise, mas também com a diversidade de correntes teóricas, escolas, etc., inclusive com a vulgarização do vocabulário psicanalítico. Por outro lado, a autora considera que a ausência de um sentido unívoco, em si, não prejudica a coerência do corpo teórico e que não é necessária a eliminação de todo conceito ambíguo, desde que seja possível, de acordo com determinada finalidade, eleger entre as diversas significações contextuais aquela que seja a principal, tendo-se em vista que:

o sentido conceitual é sempre determinado pela articulação do conceito com o conjunto da trama teórica, pela experiência da prática, pelas palavras que o enunciam, e até pelo lugar que o referido conceito ocupa, numa dada época, na linguagem da comunidade dos psicanalistas. Por isso, um conceito psicanalítico recebe tantos sentidos quantas são suas pertencas a contextos diferentes; essa é a razão de podermos afirmar que, em psicanálise, toda significação conceitual é, definitivamente, uma significação contextual (ZOLTY, 1989, p. 9).

Sandler (1983) também já havia destacado que os termos conceituais psicanalíticos frequentemente apresentam significados diversos, dependendo do contexto em que sejam usados. Acrescenta que a teoria psicanalítica, enquanto um corpo de conhecimento em estado contínuo de desenvolvimento desde a sua origem, como parte desse movimento de expansão deve ter as lacunas em suas formulações conceituais preenchidas e suas definições feitas com mais precisão. Entretanto, em função do próprio movimento contínuo de expansão, o autor alerta para a necessidade de tolerar em certos momentos a existência de conceitos obscuros e maldefinidos, pois se constituem em conceitos elásticos e flexíveis que, em sua opinião, desempenham um papel importante na sustentação da teoria

psicanalítica em certos períodos e contextos, criando as bases para novos aprimoramentos.

Embora tais conceitos, por suas próprias definições, possam oferecer obstáculos à compreensão adequada (JERUSALINSKY, 1998), por serem usados muitas vezes de maneira inconsistente e sem demonstrar preocupação com os problemas que possam acarretar à comunicação (LEVY; INDERBITZIN, 2001), é preciso que se mantenha constante a preocupação de desenvolvê-los de modo que possam vir a ser claramente definidos e comunicados (GARZA-GUERRERO, 2002). É preciso entender que estudar, investigar, produzir conhecimento são atividades que, segundo Mitjavila e Poch (2001), tendem à objetivação como condição necessária para que o que foi produzido seja explicado e transmitido à coletividade, quer na forma de discurso científico quer na forma de discurso de divulgação popular. Esses últimos autores entendem por objetivar o processo de fazer com que o resultado de tais atividades seja transmissível e compartilhável.

A transmissibilidade e o compartilhamento, no caso dos conceitos psicanalíticos, ocorrem quando as ideias e experiências são descritas, organizadas e comunicadas em linguagem (DREHER, 2008). Contudo, por vezes essas condições não se realizam plenamente, em função de imprecisões e distorções de sentido ou do uso de alguns termos que contêm múltiplas variações de significado, tornando difícil em muitos momentos saber em que sentido determinado termo é utilizado (FRANÇA, 2001); ou ainda porque, segundo Bokanowski (1992), certas noções assumiram, em numerosos autores, uma extensão muito grande, tornando-se demasiado amplas e de múltiplos sentidos.

Tendo delineado essa discussão acerca dos conceitos em geral e a especificidade no campo psicanalítico, apresentarei a seguir os materiais relacionados ao assunto, a partir do levantamento efetuado junto às bases de dados. Estes foram divididos em duas partes. A primeira corresponde aos que foram publicados até 1989, e a segunda, aos publicados após essa data. Aqueles que se referam ao *International Journal of Psycho-Analysis* e à *Revista Brasileira de Psicanálise*, no período de 1990 a 2005, serão tratados separadamente, por se constituírem no principal objeto de exame.

4 REVISANDO A LITERATURA: O PERÍODO ATÉ 1989

Considerando-se as publicações psicanalíticas desde o início do século XX até o ano de 1989, procurar-se-á revisar aqueles textos em que aparece a expressão “mente primitiva” ou congêneres, mantendo-se a sequência temporal de suas publicações. Evidentemente, não se pretende esgotar as ocorrências de tal expressão nesse período, tendo-se em vista que o meio utilizado para esse fim foi o eletrônico, sendo provável que algumas publicações possam, por inúmeras razões, não ter sido identificadas. Aqui não serão abordados os textos dos autores que originaram escolas psicanalíticas.

4.1 A mente primitiva

A primeira ocorrência foi identificada em um texto de Searl (1933), que, ao discutir os símbolos e a atividade intelectual precoce, faz referência a mente primitiva em dois momentos. No primeiro deles, ao comentar que no processo de conhecimento a apreensão das diferenças pressupõe uma atividade mental mais sofisticada do que a apreensão do que já é familiar, afirma que há algumas evidências de que a mente primitiva, presente tanto na criança quanto nos selvagens, pode apresentar capacidade de discriminação ou percepção das diferenças tanto quanto uma mente muito mais desenvolvida. No segundo, referindo-se ao funcionamento infantil, afirma que a capacidade discriminatória da mente primitiva é comprometida quando impulsionada pela ansiedade além do que interessa.

Rado (1940), por sua vez, ao examinar criticamente o conceito de bissexualidade e discorrer sobre os mitos que envolvem essa questão, usa a expressão “mente primitiva” como algo que se opõe ao atual, que preexiste ao civilizado mas permanece presente e atuante, mantendo a presença mítica de outrora como algo que ainda é.

Jones (1940) traz afirmações de que a mente primitiva é a expressão do funcionamento mental infantil que se torna encoberto pelas forças repressivas,

compondo a mente inconsciente, sempre atuante, sendo mais selvagem e animal do que a humanidade estaria disposta a admitir. Jones também refere que, por métodos próprios da Antropologia, tem sido possível estudar e interpretar materiais obscuros, e que correlações surpreendentes foram estabelecidas com os aspectos mais primitivos da mente estudados na clínica psicanalítica, parecendo estar implícita uma correlação entre a filogênese e a ontogênese.

Em Brown (1942) o termo mente primitiva aparece em um comentário seu a respeito da obra *Comparative psychology of mental development*, de autoria de Heinz Werner, publicada em 1940, no qual afirma que na obra comentada

não há discussão de como a mente infantil primitiva desenvolve em direção a mente adulta civilizada (a psicologia desenvolvimental freudiana é completamente negligenciada), do porque a mente primitiva do selvagem se mantém primitiva, de como a mente adulta se desintegra em direção a mente psicótica, que o pequeno título nos leva a esperar (BROWN, 1942, p. 251).

Zilboorg (1945), por sua vez, ao comentar o comportamento das multidões, das massas, menciona autores como Freud, Ward e McDougall, que, segundo ele, concordariam que a mente social que surge nesses coletivos assemelha-se a algo embrionário, ou seja, “[...] toma a forma da mente mais primitiva como observamos em raças incivilizadas” (p. 33).

Ao resenhar o livro *The eternal ones of the dream: a psychoanalytic interpretation of australian myth and ritual*, de autoria de Géza Róheim, publicado em 1945, Grotjahn (1946) pondera que, em determinado ponto do texto, “[...] o significado de uma fantasia de imortalidade é explicado em termos de nascimento e morte e relações mãe-bebê; verdadeiramente apresenta uma nova compreensão a respeito da mente primitiva e da mente menos primitiva” (GROTJAHN, (1946, p. 249-250).

Em um artigo em que discute a origem do desejo heroico e científico, Ehrenzweig (1949, p. 108) afirma: “dissemos que a mente primitiva era somente interessada em desgraças e as explicava pela culpa”. Acrescenta ainda que “a mente primitiva não diferenciava entre o desejo interior do ‘fogo’ de Prometeu e o perigoso elemento externo” (p. 120) e que “pode parecer estranho que a mente primitiva não diferenciaria entre um desejo do mundo interno e um fato do mundo

externo” (p. 121), numa clara referência ao homem primitivo, pré-histórico, e ao funcionamento psíquico inicial do bebê.

Rodrigué (1956, p. 151), por sua vez, ao discorrer sobre o simbolismo, fazendo referência a Ernest Jones, indica que “a diferença essencial entre o que é chamada uma generalização valiosa – isto é, uma científica – e o arranjo simples junto da mente primitiva reside no valor prático da generalização”.

Ao discutir em seu trabalho questões relacionadas à adoração de ídolos, às relações do adorador com o ídolo, à destituição e substituição do ídolo, e quanto isso é estranho quando comparado com a lógica da religiosidade ocidental, Eissler (1958) registra a elocução “mente primitiva” sugerindo a existência de uma diferença entre esta e uma suposta mente mais evoluída, com funcionamento lógico diferenciado, refletindo implicitamente uma visão filogenética.

Novey (1961), baseando-se no texto de Freud de 1915 Reflexões para os tempos de guerra e morte, reafirma que a mente primitiva é imperecível, revelando-se pelo fenômeno da regressão, que faz com que o funcionamento mental inicial, após longo período de suspensão, possa tornar-se novamente modo de expressão.

Glenn (1965) comenta que a mente primitiva, tal como se pode observar na criança, nos selvagens, bem como nos sonhos e na loucura, apresenta o que Ernest Jones denominou de “tendência primitiva a identificação”, que é a tendência a direcionar os processos perceptivos mais às similaridades entre objetos, coisas e ideias do que à percepção das diferenças.

Weiss (1966), discutindo os conceitos de identificação primária e identificação secundária, faz referência à mente primitiva enquanto aquela em que a diferenciação id e ego não se consolidou plenamente e a separação entre os mundos interno e externo ainda é incipiente. Desse modo, afirma o autor que “na identificação primária, a totalidade da mente primitiva é envolvida; a identificação secundária ocorre em uma parte da mente – o ego” (WEISS, 1966, p. 579).

Giovacchini (1967, p. 61) comenta que “a mente primitiva tende a perceber todos os estados mentais envolvidos nos processos identificatórios como tendo o mesmo tom afetivo, sendo similares, e os objetos envolvidos passam a ser incorporados como uma identificação básica”.

A partir das colocações de Weich (1968) é possível presumir a concepção de que a mente primitiva é aquela que funciona predominantemente pelo princípio do

prazer e pela fragmentação – em que se toma a parte pelo todo –, sobressaindo o uso de mecanismos como evitação e negação, entre outros.

Tecendo considerações sobre o animismo e os processos de projeção e externalização, Novick e Kelly (1970) utilizam a expressão “mente primitiva” tanto do ponto de vista filogenético quanto do ângulo do desenvolvimento libidinal, ligando-a à fase narcisista e à onipotência dos pensamentos.

Heimann (1975), tratando do desenvolvimento filogenético do conceito de Deus, utiliza a noção de “mente primitiva” relacionada aos estados mentais próprios do homem no estágio evolutivo inicial da espécie, no confronto com as intensas manifestações pulsionais.

A tratar dos aspectos psicanalíticos da experiência religiosa, Meissner (1978) refere-se à mente primitiva como aquela em que predomina o funcionamento esquizoparanoide, no qual a projeção e a onipotência operam intensamente.

Segundo Eigen (1981), a concepção psicanalítica da mente primitiva foi sendo forjada a partir de confrontações por analogia, inicialmente, com as funções digestivas, e posteriormente, com as funções reprodutivas. De acordo com esse autor, do ponto de vista freudiano “[...] a mente primitiva se desenvolve em torno da sua tentativa de lidar com o sentido das impressões relacionadas com a fome e os sentimentos despertados e parcialmente identificada com as funções que tenta dominar” (p. 177).

Frick (1982, p. 111), por sua vez, também se fundamenta em Freud, particularmente em “O ego e o id”, de 1923, para afirmar que “[...] o ego se desenvolve inicialmente pela influência da realidade sobre a mente primitiva do bebê, e a realidade inicial do bebê é aquela do seu corpo”. Para o autor, a mente primitiva remete à não integração e às tentativas de integração que se originam da necessidade de controle dos movimentos corporais, os quais funcionam em consonância com os afetos e impulsos.

A partir de Gaddini (1982) é possível conjecturar que a mente primitiva é a expressão do funcionamento mental inicial do bebê, em que o circuito corpo-mente-corpo caracteriza essa primitiva organização. Desse modo, a mente primitiva se caracteriza pela expressão das experiências do funcionamento corporal, que são fragmentárias e seletivas e geram defesas contra desejos não realizados. Segundo o autor, os fragmentos não integrados do self estão relacionados às experiências

do funcionamento corporal. A mente primitiva armazena as sensações táteis oriundas do contato físico do neonato com o cuidador, pois a perda do limite protetor existente no ventre materno contribui para a necessidade primária de contato físico, sendo esta uma das mais precoces experiências mentais do funcionamento corporal. Tais “experiências mentais primitivas” são compostas de sensações ligadas a funções específicas, originalmente àquela da alimentação, e ao se expressarem fisicamente, ativam os componentes já experimentados pela mente.

Robbins (1983) utiliza de modo equivalente os termos aparelho mental primitivo, psique primitiva e mente primitiva, porém não os define, mas faz referência a um modelo mental primitivo cujas principais características são uma forma inicial de pensamento sensório-motor-afetivo e uma forma inicial de relação de objeto que é indiferenciada. O autor propõe esse modelo como geneticamente anterior ao modelo da neurose para tratar da organização de personalidade primitiva.

Reenkola (1983, p. 158) afirma que “uma mente primitiva pode ser considerada como pré-subjetiva em que o ‘Eu’ (ego) ainda é incipiente [...]”. Nela predomina o ponto de vista da satisfação das próprias necessidades, em que as pressões causadas pelos estímulos, tanto internos quanto externos, tendem à descarga e conduzem a reações circulares de prazer-desprazer-prazer.

Miller (1983), por sua vez, discute a preocupação com a chamada mente primitiva, particularmente no início do século XX, e em particular a sua expressão no comportamento da multidão, da turba e da massa. Trata do assunto a partir de vários autores que apontam para o risco de o ser humano regredir, em determinadas circunstâncias, a condições anteriores de seu processo evolutivo, em que reapareceriam aspectos há muito superados pelo processo civilizatório. Assim, a mente primitiva seria aquela que corresponderia a um estado de desenvolvimento humano ancestral, podendo ressurgir a qualquer tempo.

Tähkä (1984) comenta que, embora a mente primitiva represente uma experiência subjetiva, seu funcionamento ainda não permite a noção de si mesmo como um sujeito separado do objeto. É aquela que surge das primeiras estruturas mentais relacionadas ao que ele chama de memórias primitivas da redução da tensão que gera prazer. Tais memórias são resultantes dos processos corporais

vivenciados no início da vida, a partir das experiências acumuladas de tensão e redução de tensão que são registradas como os primeiros engramas primitivos, no dizer do autor. A partir daí, a mente primitiva ou psique primitiva vai se ampliando, dando origem a mecanismos primitivos que visam à modulação entre as representações mentais que são consideradas “totalmente boas” e aquelas “totalmente más” e procuram proteger a precária diferenciação entre o sujeito e o objeto que começa a surgir.

Quando Conforto (1984) menciona o termo “mente primitiva”, permite apenas supor que o autor o relaciona com o que no pensamento bioniano é denominado de protomental, o não pensável.

Citando “Reflexões para os tempos de guerra e morte”, de 1915, em que Freud afirma ser imperecível a mente primitiva, Kaplan (1984) destaca a importância dessa afirmação. O autor ainda assinala que

[...] uma conservação do passado não toma a forma de replicação da imaturidade original, mas sim de restaurações no presente de fantasias de desejos existentes a muito tempo que se tornaram atenuados em sucessivas considerações da realidade. É uma comparação da fantasia com outros modos de pensar diretamente implicadas nas regras operacionais da realidade que a psicanálise diferencia o processo primário e secundário e fala do primitivo como uma função do processo primário e como uma característica imperecível da vida mental.

Portanto, a primitividade [estado primitivo] não é imaturidade. Os sonhos, por exemplo, não se constituem por modos imaturos de pensamento, mas sim de modos primitivos de pensamento. Nem os sonhos representam a mente em ruínas. O passado que sobrevive na vida mental em virtude da regressão é simplesmente aquele que psicologicamente contradiz certas atualidades – percepções – que constituem o presente, em particular atualidades que parecem, por diversas razões, inconsistentes com uma única versão da existência pessoal (KAPLAN, 1984, p. 134).

Baseando-se nas proposições de Jacobson, Tuttmann (1985) se refere à mente primitiva como relacionada ao funcionamento mental no início da vida, um período arcaico em que predomina o estado psíquico indiferenciado, não existindo separação entre interno e externo. O self e o objeto estão fusionados numa fase do desenvolvimento em que libido e agressividade não seriam vivenciadas ou manifestadas como impulsos distintos ou separados.

Spiegel (1985), sem maiores detalhes, apenas cita a “assim chamada mente primitiva” para ressaltar a luta de Sullivan contra a ideia de equacionar o funcionamento mental esquizofrênico com essa mente primitiva enquanto característica do homem ancestral.

Abordando a formação inicial da mente, Tähkä (1987, p. 231) afirma que a primeira e a mais primitiva forma da mente seria constituída a partir das primeiras sensações significativas registradas como os primeiros engramas primitivos, cujo advento assinala o nascimento da experiência psíquica, portanto, da mente, embora ainda somente no sentido objetivo. Segundo esse autor, as primeiras estruturas primitivas da mente parecem emergir para lidar com as tensões que se acumulam constantemente, exigindo descarga, e a mente primitiva, a partir de algumas experiências suficientemente registradas, de modo progressivo priorizará as experiências que conduzam à gratificação, inicialmente repetindo o que até então foi vivenciado para, depois, começar a perceber que certas vivências, de algum modo, envolvem alguma novidade. Até então “a indiferenciação é [...] um atributo das primeiras formas da mente, uma característica do período de formação de um mundo primário de representações” (TÄHKÄ, 1987, p. 235). No entanto,

[...] quando as alucinações têm repetidamente demonstrado-se incapazes de produzir gratificação, ao mesmo tempo em que ali existe um outro grupo de experiências registradas sempre levando à gratificação, a mente primitiva inclina-se gradualmente a vir a ser motivada para outro salto desenvolvimental: a diferenciação do self e objeto torna-se possível pela acumulação suficiente de um mundo indiferenciado de representações.

Parece provável para mim que o evento crucial do processo de diferenciação é a primeira descoberta da criança que seu primeiro choro irá levar adiante a experiência de gratificação após o desejo alucinatório já ter-se demonstrado incapaz. Esse choro de desconforto que a primeira vista torna-se mentalmente representado devido à sua vivenciada habilidade de fornecer gratificação, tinha até aqui indicado a falha da mente primitiva em controlar a tensão e sua descarga, ao mesmo tempo em que havia funcionado como um sinal importante para a mãe do estado de necessidade da criança. Essa posição fundamental do choro entre a frustração e a gratificação torna-o especialmente apropriado para vir a ser o iniciador do processo de diferenciação (TÄHKÄ, 1987, p. 239).

Continuando, o mesmo autor acrescenta que o funcionamento normal da mente primitiva envolve “operações primitivas” relacionadas à negação e aos mecanismos projetivos e introjetivos como necessárias para a manutenção de condições que, de algum modo, protejam e favoreçam o processo de diferenciação em construção.

Gaddini (1987), por sua vez, comenta que, para a mente primitiva, na fase da diferenciação, qualquer processo de aprendizagem somente pode ser vivenciado em termos mágicos, pois, por sua repetição, aumenta e reforça sua própria onipotência mágica. Em função disso, a mente primitiva não distingue algo que se repete na atualidade como uma experiência que foi reativada mentalmente pela memória, mas como algo criado pela própria onipotência.

Além disso, diz o autor que a mente primitiva tende a representar concretamente a si própria, pois seu funcionamento parte do que é vivido no corpo, a partir do qual vão se construindo as funções mentais primitivas. Assim, as sensações táteis vivenciadas pelo bebê, por exemplo, aquelas oriundas da zona oral nos momentos em que é amamentado e das mãos que seguram o peito ou qualquer outra coisa que esteja ao alcance da palma da mão, tornam-se algumas das primeiras experiências que são continuamente registradas e armazenadas pela mente primitiva.

Acrescenta Gaddini (1987, p. 319-322) que “o primeiro reconhecimento de sua própria separação, de fato, desorganiza o sistema de funcionamento mágico, onipotente e primitivo, e produz sua sucessiva decadência”.

A partir dos comentários de Gatti e Neri (1987), é possível entender a mente primitiva como aquela que ainda não é totalmente mental, em função da proximidade com a primitiva herança mental animal, predominando processos psicossomáticos ou somatopsicóticos rudimentares, que formam o sistema protomental. Permanece nas profundezas da mente, podendo emergir expressando-se tanto por processos corporais quanto por comportamento de grupo, no indivíduo e no grupo humano.

Tähkä (1988) afirma que, com o nascimento da mente, toda experiência corporal mais elementar de satisfação torna-se uma experiência mental primitiva de prazer, e quando essa informação sensorial indiferenciada vivencia um registro, torna-se o protótipo de ideias mentais posteriores. Assim, as primeiras estruturas da mente são representações iniciais indiferenciadas que, progressivamente, por meio das operações mentais primitivas (introjeção, projeção, negação e idealização), instauram a primeira dicotomia vivencial primitiva entre “bom” e “mau”.

Tähkä (1988, p. 106) acrescenta que “[...] um sujeito capaz de vivenciar a si mesmo como um sujeito – não mais incipiente e primitivo – é por definição um *self* diferenciado com a existência representacional na experiência do mundo mental do indivíduo”, sendo que “[...] há poucas dúvidas que a manutenção de uma experiência de *self* é a preocupação primária da mente primitiva” (p. 108).

Silva (1988) faz referência à mente primitiva enquanto condição do funcionamento psíquico do bebê, que ainda não possui uma mente capaz de

continência e por isso necessita da função continente da mãe e de seu estado de *reverie*.

4.2 Os termos congêneres

Foram encontrados autores que se referem á psique primitiva, ao psiquismo primitivo, aos “estados mentais primitivos”, ou “estados primitivos da mente”, que aqui serão considerados em função de haver uma estreita ligação com o conceito de mente primitiva.

Glover (1949) faz menção a uma psique primitiva, que é indiferenciada, caracterizada por um estágio primordial anterior à consolidação das relações sujeito-objeto e precedente à organização da fala e à constituição do seu significado; seus derivados ideacionais são predominantemente de natureza corporal e concreta. Acrescenta o autor que as atividades mentais primitivas são oriundas da necessidade de controlar ou reduzir as intensas flutuações nas tensões vivenciadas, que são violentas e dolorosas.

Segundo Grotstein (1980), houve um crescimento na literatura acerca dos estados mentais primitivos, contudo, em sua opinião, ainda há muito a explorar nesse campo e novas concepções psicanalíticas da organização mental primitiva precisam ser pensadas e construídas. Além disso, sua concepção sobre os estados mentais primitivos pode ser inferida a partir do uso de expressões como “estados iniciais da mente” e “desenvolvimento inicial do psiquismo”. Embora cite inúmeros autores, suas contribuições destacam as obras de Melanie Klein e Wilfred R. Bion. O autor utiliza a expressão “mente primitiva” uma única vez nesse texto, fazendo referência às proposições antropológicas de Lévi-Strauss, as quais, por não serem foco do presente trabalho, não serão aqui consideradas.

Com base nas proposições de Esther Bick, particularmente sobre a função da pele-continente, R. de Vidal (1984) faz referência a uma forma mais primitiva de funcionamento psíquico, em que a pele funcionaria como um limite, contendo as partes da personalidade quando ainda não há uma força que as una no início da vida.

Discutindo como o desenvolvimento psíquico inicial, ou precoce, repercute no processo analítico, Avenburg (1984) utiliza constantemente o termo temprano, que costuma ser traduzido da língua espanhola para o português como prematuro, cedo, precoce, temporão. Menos frequente, embora ocorra, é a tradução por primitivo, primeiro, primário, até porque existe essa palavra na língua original; contudo aqui será considerado esse artigo do autor, porque, embora nele predomine o uso do termo temprano, há momentos em que aparece o termo primitivo, sendo que, no texto, em certos momentos eles mantêm equivalência de significado.

Voltando ao texto do autor, ele questiona a que se refere o que se chama precoce em psicanálise, e responde:

Do ponto de vista da psicanálise clássica e na obra de Freud especialmente, o conceito de precoce se refere em geral ao início da sexualidade infantil que culmina no complexo de Édipo. Com o desenvolvimento da psicanálise, o conceito de precoce vai retrocedendo a níveis cada vez mais anteriores até chegar, em alguns autores, a incluir-se o psiquismo pré-natal; em geral, no entanto, ao falar de precoce se fala dos níveis sádico-anal e em particular do oral (AVENBURG, 1984, p. 233-234).

Segundo esse autor, o “psiquismo precoce” se mantém atuante e repercute em todas as atividades vitais do indivíduo para além da infância. Desse modo, o que ocorre nos “níveis mais primitivos” do psiquismo manifesta os seus reflexos por meio dos desejos e das fantasias expressos na transferência. Assim, os estratos mais profundos do aparelho psíquico atualizam-se. Tais níveis mais primitivos, tais estratos mais profundos fazem parte do desenvolvimento psíquico precoce do indivíduo, que coincide com o desenvolvimento psíquico precoce da humanidade.

Por sua vez, Cvik, Arbiser e Dimant (1984) explicam que a estrutura psicológica mais primitiva é a estrutura sincicial, inserida no contexto das proposições de José Bleger sobre a existência de uma posição prévia à posição esquizoparanoide de Melanie Klein. Conforme citam os autores, trata-se da “posição glischro-cárica” (de glischoros, viscoso, e karion, núcleo), que apresenta uma ansiedade típica (ansiedade confusional), um núcleo que cumpre a função de objeto (núcleo aglutinado), mecanismos de defesa específicos (clivagem, fragmentação e imobilização) que funcionam de modo extremamente intenso, maciço e violento, e uma estrutura psicológica denominada sincicial.

Ao retomar algumas ideias contidas em artigo anterior (GROTSTEIN, 1980) sobre a organização mental infantil primitiva, Grotstein (1984, p. 320) comenta que, em sua opinião,

[...] a teoria psicanalítica necessita um conceito claro e preciso de um estado precoce da mente, [...] considerando que a psicanálise clássica não tem esse conceito e que a psicanálise kleiniana, a psicologia do self e a psicologia interpessoal têm mas são incompletos.

Issacharoff (1984) também utiliza a expressão “estados primitivos da mente”, considerando-a como um agrupamento geral no qual se incluem várias entidades psicopatológicas, que os psicanalistas vêm estudando, particularmente do ponto de vista da técnica, para melhor lidar na prática cotidiana da clínica. Fica implícito na sua argumentação que os estados primitivos da mente estão relacionados com as vivências dos estágios precoces do desenvolvimento psíquico, quando a plena capacidade para simbolizar ainda está em construção.

Bromberg (1984) comenta que o termo “mundo ‘primitivo’” aplicado ao estado mental de um indivíduo, ou a “primitividade” enquanto estado da mente, tem sido usado no meio psicanalítico com significados muito ambíguos, sempre ligado a um contexto e ao modo como é utilizado. Para o autor, a referência a um “estado mental primitivo” é comumente entendida como a existência de uma estruturação egoica frágil, que compromete a constituição do self e dificulta a consideração de aspectos significativos da realidade externa e das relações humanas.

Em Nachmani (1984) existe a referência a “estados mentais primitivos”, sendo possível inferir que o autor relaciona essa noção com o funcionamento psíquico característico dos primeiros anos de vida, com o infantil que permanece atuante. Isto é perceptível, por exemplo, a partir das suas afirmações de que, para a escola inglesa das relações objetais, é fundamental que o analista interprete os “sistemas de fantasias inconscientes primitivas e arcaicas” (p. 448) do paciente, bem como as ansiedades relacionadas; ou ainda, que os estados mentais primitivos possam se fazer presentes na transferência. Além disso, o autor também pondera que nas situações nas quais os estados mentais primitivos estão mais atuantes, particularmente em certos quadros clínicos em que isso se intensifica, a autoestima muito rebaixada é uma condição sempre presente, assim como se manifesta a incapacidade de satisfazer às exigências da vida madura.

Ao discorrer sobre os estados mentais primitivos na clínica psicanalítica, Scott (1984) questiona vários aspectos desses estados, preocupando-se mais em demonstrar a complexidade de tais fenômenos na prática clínica e a multiplicidade de perspectivas e questionamentos que sugerem, do que em propor possíveis respostas. Embora concorde que os fenômenos primitivos são comuns na transferência e na contratransferência, afirma que isso coloca em evidência o problema de que suscitam diferentes pontos de vista sobre o desenvolvimento, bem como diferentes interpretações dos estados clínicos. De sua posição é possível apenas supor que os estados mentais primitivos estejam relacionados às noções de núcleo psicótico, ansiedades primitivas, afetos primitivos, ansiedades arcaicas ou precoces, termos que utiliza em seu artigo para discutir.

Symington (1985), por sua vez, deixa claro que sua concepção acerca dos estados primitivos da mente relaciona-se com as experiências iniciais do bebê ligadas à onipotência primitiva, às vivências de abandono, à segurança e sua perda, ao terror, à necessidade de conter a si mesmo para sobreviver e ao desenvolvimento de um pensamento que chama de unidimensional, por ser capaz apenas de lidar com uma coisa de cada vez e ser inflexível.

Honigsztejn e Leão (1987) fazem referência à “estruturação mental primitiva”, segundo a perspectiva kleiniana, em que as vicissitudes e a primazia dos impulsos destrutivos precoces e do instinto de morte, assim como a identificação projetiva, têm papel determinante em sua construção.

De acordo com Ogden (1989), existem dimensões humanas ainda insuficientemente compreendidas no que diz respeito ao início da vida, quando uma organização psicológica gera “um estado mais primitivo” do que a posição esquizoparanoide. Trata-se do que o autor denomina de posição autista-contígua, que gera um modo particular de organizar as experiências, caracterizando-se por tipos específicos de defesa, de relação com os objetos e de qualidade da ansiedade. Nas palavras do autor, é a “organização psicológica mais primitiva”, anterior às posições esquizoparanoide e depressiva, que contribui para o estabelecimento das experiências perceptíveis da fronteira sensorial de todos os estados subjetivos subsequentes.

Robbins (1989, p. 445) refere-se a um “modo de atividade mental primitiva”, o qual denomina de sensório-afetivo, indicando uma forma de cognição e de

experiência emocional que se caracteriza pela indiferenciação da percepção do objeto e da ação sobre ele, pelo predomínio do pensamento não simbólico, insuficientemente integrado. Para o autor, “o pensamento sensório-afetivo envolve um campo de dependência, controle flexível, nivelamento, um tempo conceitual impulsivo, e diferenciação conceitual pobre” (ROBBINS, 1989, p. 445), cuja falta de integração envolve um estado primitivo nas dimensões de atenção focalizada e na diferenciação conceitual, que gera incapacidade para representar afetos, o que, por sua vez, resulta em um pensamento característico e primitivismo no campo de articulação e formação de conceitos. Segundo o autor, esses aspectos são peculiares à chamada organização de personalidade primitiva.

Também se encontra em Meltzer (1989) a alusão a uma vida primitiva, ou tribal, existente nas profundezas do psiquismo, que pode ressurgir tanto em certos comportamentos grupais quanto individuais, bem como se expressar por meio de manifestações corporais e, inclusive, alucinações. Com isso, o autor quer reafirmar a existência de um “nível primitivo da vida mental”, que ele também denomina de protomental ou somatopsicótico.

4.3 Aspectos compartilhados

Neste item, a abordagem dos textos selecionados no período que vai até 1989 suscitou algumas ideias que, em princípio, parecem auxiliar nesse percurso de clarificar melhor o conceito de mente primitiva. Tais ideias dizem respeito a alguns aspectos que parecem comuns na abordagem dos autores acerca do tema, os quais serão apresentados a seguir.

Certamente não há absoluta correlação entre todos os aspectos que se conjectura serem compartilhados por alguns dos autores até aqui referenciados no tocante ao termo mente primitiva e termos congêneres (estados primitivos da mente, estados mentais primitivos, psiquismo primitivo), porém é possível estabelecer alguns elos entre alguns deles.

- a) Os aspectos corporais e as experiências mentais primitivas

Os aspectos corporais têm destaque nos comentários sobre as experiências mentais primitivas que constituem o que se poderia denominar de mente primitiva, que se apresenta numa espécie de tendência a um continuum progressivo (embora por vezes possa ser regressivo), pois principia no corpo como a realidade inicial do bebê (FRICK, 1982), que passa a ter que desenvolver tentativas de lidar com as sensações e as impressões relacionadas com a fome e outros estados corporais, como também com os sentimentos despertados a partir das funções que tenta dominar sem ter os recursos para tanto (EIGEN, 1981).

Além da fome, outros desses estados corpóreos referem-se aos movimentos corporais, que funcionam em consonância com os afetos e impulsos (FRICK, 1982), e às sensações táteis oriundas do contato físico do bebê com o meio que o cerca e o faz se defrontar com a perda do limite protetor existente no ventre materno, contribuindo para o surgimento da necessidade primária de contato físico, principalmente com o cuidador e com o que se refere à alimentação (GADDINI, 1982).

Dessas sensações táteis, de modo particular aquelas que se originam na zona oral, vinculadas à amamentação, e nas mãos que tocam o seio ou outras partes do corpo da mãe, tornam-se algumas das vivências iniciais que, continuamente registradas e armazenadas, constroem as funções mentais primitivas que constituem a mente primitiva a partir do que é vivido no corpo (GADDINI, 1987).

No início da vida, os processos corporais vivenciados resultam em memórias de experiências acumuladas de tensão e redução da tensão geradora de prazer e conduzem a reações circulares de prazer-desprazer-prazer (REENKOLA, 1983). A partir de tais registros formam-se as primeiras estruturas mentais, engendrando a mente primitiva e dando início ao processo de ampliação do psiquismo, o que origina os primeiros mecanismos visando à modulação dessas vivências (TÄHKÄ, 1984, 1987, 1988) e marca o nascimento da experiência psíquica. Em decorrência de algumas dessas experiências terem sido suficientemente registradas, de modo gradativo essa mente primitiva dará destaque àquelas que conduzem à gratificação e repetirá o que foi vivenciado em sua tentativa de lidar com as tensões, passando

posteriormente a se dar conta de que certas vivências, mesmo de repetição, envolvem, de algum modo, uma novidade que abrirá caminho para o posterior processo de diferenciação e discriminação (TÄHKÄ, 1987, 1988).

No tocante aos estados primitivos da mente, há indicação da existência de um nível primitivo da vida mental que se expressa por meio de manifestações corporais e tem suas origens nos processos corporais, nível que é denominado de protomental ou somatopsicótico (MELTZER, 1989). Há também referência a uma forma primitiva de funcionamento psíquico em que a pele funciona como um limite às partes da personalidade ainda não integradas no início da vida, sendo esta a função da pele-continente proposta por Esther Bick (R. DE VIDAL, 1984).

b) O nascimento da experiência psíquica e a mente primitiva

Já no item anterior se fez referência ao nascimento da experiência psíquica a partir das vivências corporais, dando origem à mente primitiva. Em íntima relação com este aspecto, alguns dos autores consultados referem-se à mente primitiva, ou aos estados primitivos da mente, ou ao psiquismo primitivo, como a instauração do desenvolvimento psíquico precoce (AVENBURG, 1984; HONIGSZTEJN, LEÃO, 1987; REENKOLA, 1983), do funcionamento mental ou psíquico inicial do bebê (EHRENZWEIG, 1949; FRICK, 1982; GADDINI, 1982, 1987; NOVEY, 1961; NOVICK, KELLY, 1970), a formação inicial da mente (CVIK, ARBISER, DIMANT, 1984; OGDEN, 1989; R. DE VIDAL, 1984; TÄHKÄ, 1984, 1987, 1988). Para outros ainda, a mente primitiva corresponde ao funcionamento mental do início da vida (MEISSNER, 1978; SYMINGTON, 1985; TUTTMAN, 1985; WEISS, 1966), ao funcionamento mental infantil (GLENN, 1965; GROTHJAHN, 1946; GROTHSTEIN, 1984; JONES, 1940; KAPLAN, 1984), aos estágios ou estados precoces do desenvolvimento psíquico (GROTHSTEIN, 1980; ISSACHAROFF, 1984; NACHMANI, 1984).

c) Características da mente primitiva

Alguns dos autores consultados neste item apresentam como características da mente primitiva, ou do psiquismo primitivo, ou dos estados primitivos da mente, a vigência de estados de não integração ou fragmentação (CVIK, ARBISER, DIMANT, 1984; FRICK, 1982; GADDINI, 1982; ROBBINS, 1989; TÄHKÄ, 1984; TUTTMAN, 1985; WEICH, 1968), de indiferenciação (GADDINI, 1982, 1987; GLOVER, 1939; ROBBINS, 1983, 1989; TÄHKÄ, 1984, 1988; TUTTMAN, 1985; WEISS, 1966), de pré-simbolismo (GLOVER, 1939; ISSACHAROFF, 1984; ROBBINS, 1989), não existindo separação entre interno e externo, entre o eu e o outro e estando o self e o objeto fusionados (BROMBERG, 1984; GLOVER, 1939; ROBBINS, 1989; SILVA, 1988; TÄHKÄ, 1984; TUTTMAN, 1985; WEISS, 1966).

Ressalta-se ainda o predomínio do princípio do prazer-desprazer (REENKOLA, 1983; TÄHKÄ, 1984, 1987; WEICH, 1968), do processo primário (KAPLAN, 1984), da onipotência (GADDINI, 1987; MEISSNER, 1978; SYMINGTON, 1985), da tendência primitiva à identificação primária (GIOVACCHINI, 1967; GLENN, 1965), do funcionamento pré-lógico (EISSLER, 1958), pré-subjetivo (REENKOLA, 1983) e esquizoparanoide (MEISSNER, 1978), apresentando-se uma forma inicial de pensamento sensório-motor-afetivo (ROBBINS, 1983, 1989).

Outra característica apresentada é a concretude, em que a mente primitiva tende a representar a si mesma concretamente (GADDINI, 1982, 1987) e seus derivados ideacionais são predominantemente de natureza corporal e concreta (GLOVER, 1939; TÄHKÄ, 1984, 1987, 1988). Acrescente-se ainda a ideia de que os estados mentais primitivos estão relacionados às noções de núcleo psicótico, ansiedades primitivas, arcaicas ou precoces, e a afetos primitivos (SCOTT, 1984)

d) A mente primitiva é imperecível

Reafirmando a proposição freudiana de que a mente primitiva, ou psiquismo primitivo, é imperecível, alguns autores enfatizam que os estratos mais profundos do aparelho psíquico, que fazem parte do desenvolvimento psíquico inicial do

indivíduo, atualizam-se e se mantêm atuantes, repercutindo em todas as atividades vitais para além da infância (AVENBURG, 1984; KAPLAN, 1984; NACHMANI, 1984); ou ainda que a mente primitiva, ou o seu modo de funcionamento, pode ressurgir a qualquer tempo (MILLER, 1983) e manter-se por um longo período em suspensão, retornando em certas condições novamente como um modo de expressão (SCOTT, 1984; NACHMANI, 1984; NOVEY, 1961) e conservando a presença mítica de outrora como algo que ainda é (RADO, 1940).

A conservação dessa presença mítica se manifesta de muitos modos nas mais diversas situações e condições, que a fazem atualizar-se e revelar-se. Essa manifestação se dá pelos desejos e fantasias expressos na transferência (AVENBURG, 1984; KAPLAN, 1984; NACHMANI, 1984; SCOTT, 1984), pelos sonhos (GLENN, 1965; KAPLAN, 1984), pelas vivências regressivas em seus múltiplos fenômenos e graus de intensidade possíveis (BROWN, 1942, EHRENZWEIG, 1949; GROTH, 1946; MILLER, 1983; NOVEY, 1961; NOVICK; KELLY, 1970; REENKOLA, 1983; ZILBOORG, 1945) e pela loucura (GLENN, 1965) em suas diferentes manifestações psicopatológicas (BROMBERG, 1984; GATTI, NERI, 1987; ISSACHAROFF, 1984; NACHMANI, 1984; ROBBINS, 1989; SPIEGEL, 1985)

e) Mecanismos constitutivos da mente primitiva

Com o estabelecimento das funções mentais primitivas e o desenvolvimento de tentativas de lidar com o que é vivenciado, configuram-se estratégias constitutivas da mente primitiva. Por exemplo, nesse nível de funcionamento, a mente primitiva não reconhece algo que se repete na atualidade como uma experiência que foi reativada mentalmente pela memória, mas como algo criado pela própria onipotência, que é reforçada pela repetição (GADDINI, 1987). Desse modo, a onipotência dos pensamentos é um dos seus atributos (MEISSNER, 1978, NOVICK; KELLY, 1970; TÄHKÄ, 1984, 1987).

Encontram-se também referências aos mecanismos projetivos (MEISSNER, 1978; NOVICK; KELLY, 1970; TÄHKÄ, 1987, 1988) e mecanismos introjetivos

(TÄHKÄ, 1987, 1988), à negação (TÄHKÄ, 1987, 1988; WEICH, 1968), à idealização (TÄHKÄ, 1988), a evitação (WEICH, 1968), à clivagem (CVIK; ARBISER; DIMANT, 1984), à identificação projetiva (HONIGSZTEJN; LEÃO, 1987), etc.

f) A ontogênese repete a filogênese

Partindo dessa máxima freudiana, vários dos autores consultados mencionam, de modo direto ou indireto, que os níveis mais primitivos, os estratos mais profundos da mente, fazem parte tanto do desenvolvimento psíquico inicial do indivíduo quanto do desenvolvimento psíquico precoce da humanidade (AVENBURG, 1984; NOVICK; KELLY, 1970). Haveria uma correlação entre o funcionamento psíquico do bebê e o do homem primitivo, pré-histórico, no início do processo civilizatório (EHRENZWEIG, 1949; EISSLER, 1958), nos estágios evolutivos iniciais da espécie (HEIMANN, 1975), como característica do homem ancestral (SPIEGEL, 1985).

Essa correlação entre ontogênese e filogênese permite que a expressão mente primitiva, ou psiquismo primitivo, seja utilizada, em certas circunstâncias, tanto para se referir ao funcionamento mental infantil quanto aos aspectos selvagens e animais da humanidade, desde o que foi um dia vivenciado em um tempo histórico (o do desenvolvimento humano ancestral), que se mantém como herança encoberta pelas forças repressivas, até a sua atualização em certas circunstâncias em termos individuais como coletivos nos grupos sociais (JONES, 1940; MILLER, 1983; NOVICK; KELLY, 1970; ZILBOORG, 1945).

g) Caracterização por oposição

Em alguns autores há indicações de uma relação de oposição que deixa subentendida a posição que ocupa a mente primitiva em suas explanações. São

manifestações que descrevem, por exemplo, a existência de diferença entre a mente primitiva, ou psiquismo primitivo, e uma suposta mente mais evoluída e com funcionamento diferenciado (BROWN, 1942; EISSLER, 1958; MILLER, 1983). Grotjahn (1946) faz referência a uma mente primitiva e a uma mente menos primitiva. Rado (1940) vê a mente primitiva como algo que se opõe à mente atual e que a ela preexiste, mantendo-se presente e atuante. Por sua vez, Rodrigué (1956) vê a mente primitiva como mente simples, em contraposição à ideia de uma mente científica. Subjacente a essas afirmações está uma ideia de progressão, de evolução, que parte de uma extremidade, a mente primitiva, até atingir o outro extremo, a mente atual ou evoluída, havendo múltiplos e complexos processos nesse percurso intermediário (EISSLER, 1958; GROTHJAHN, 1946; MILLER, 1983; RODRIGUÉ, 1956; SEARL, 1933; ZILBOORG, 1945).

h) A mente primitiva e o protomental.

Em apenas três textos que compõem este item foi encontrada a menção ao termo mente primitiva, ou congênere, associado ao protomental. Um deles (CONFORTO, 1984), embora não o explicita diretamente, deixou-o subtendido pelo modo como trata o assunto, relacionando-o com o que na teoria bioniana é denominado de protomental, o não pensável; nos outros dois (GATTI, NERI, 1987; MELTZER, 1989) há relação direta entre o que os autores nomeiam como nível primitivo da vida mental e o protomental.

5 REVISANDO A LITERATURA: O PERÍODO DE 1990 A 2006

5.1 A mente primitiva

Continuando com a revisão dos textos selecionados nos quais aparecem referências à *mente primitiva*, ou congênere, serão abordados na sequência aqueles que se situam no intervalo temporal de 1990 a 2006.

Gooch (1991) menciona a existência de uma “mente primitiva infantil”, cujas experiências corporais são fundamentais para a compreensão de aspectos que caracterizam a sexualidade adulta.

Zangrilli (1992) também comenta que a mente primitiva diz respeito ao funcionamento característico do início da evolução da raça humana, o qual se repete na atualidade no psiquismo infantil.

Ao discutir a ocorrência de uma evolução progressiva quanto às formas de representação, Schust-Briat (1996) afirma que os modos e a capacidade antigos não são perdidos, mas permanecem perenemente, e dessa maneira, o que era antigo, o que um dia fez parte dos “estágios primitivos”, pode ser reestabelecido. Para corroborar isso, cita a afirmação de Freud de que a mente primitiva é imperecível, contida no texto “Reflexões para os tempos de guerra e morte”, de 1915. Assim, “modos primitivos” e “métodos primitivos” de representação juntam-se aos usuais.

Napolitani (1997) cita Ernest Jones para falar da mente primitiva, cujas características podem ser observadas nas crianças, nos selvagens, nos sonhos, na loucura e em outras produções do funcionamento inconsciente, enquanto atributo fundamental e primordial. Inspirando-se em Gatti e C. Néri, também destaca que a mente primitiva se estrutura a partir de um sistema protomental, que tem como fonte a hereditariedade animal.

Parton (1997) fundamenta-se na ideia de que a ontogênese repete a filogênese, sendo o termo mente primitiva uma designação para um conjunto de processos mentais primitivos, primordiais, originários ou primários que progressivamente são reprimidos no decorrer do desenvolvimento da criança e de

sua inclusão na cultura, pela socialização; porém a mente primitiva permanece como parte do funcionamento mental, podendo ser ativada.

Gaburri (1997, p. 8) refere-se a “nossa mente primitiva” como uma condição atual no funcionamento psíquico.

Partindo das concepções de Meltzer e Williams no livro *La aprehensión de la belleza*, de 1990, editado em Buenos Aires, Fisch (em FISCH, MOGUILLANSKY, MORENO; FRÁGOLA, 1998) refere-se à mente primitiva para referir-se à condição mental em que o conflito estético é condição do nascimento da vida psíquica, constituindo um dos elementos das experiências primordiais.

Fechine (1998), por sua vez, fazendo referência a Freud, comenta que a mente primitiva sobrevive em todos nós, onde a ontogênese repete a filogênese, sendo que no homem moderno persistem em seus processos psíquicos “[...] estruturas ‘arcaicas’, primitivas ou originais” (p. 51).

Lima (1998) comenta que Melanie Klein formulou uma teoria da mente primitiva em suas contribuições sobre as posições esquizoparanoide e depressiva. Com essas proposições, segundo o autor, há uma teoria kleiniana da mente primitiva. Para ele, expressões como “arcaico” e “contemporâneo” equivalem a “primitivo” e “maduro”, sendo elementos que se entrelaçam intrinsecamente desde a formação primitiva da mente, perpassando todo o processo de desenvolvimento, tanto do indivíduo quanto do grupo social, até a atualidade. O autor também comenta a persistência de aspectos primitivos no psiquismo que se manifestam constantemente na vida adulta, como objetos que ele denomina de “selvagens”. Tais objetos “selvagens” são “[...] aqueles objetos parciais que não se integram nem se harmonizam sob o domínio da genitalidade” (LIMA, 1998, p. 8).

Lara (1999) comenta que Freud propôs uma explicação de como transcorreu a passagem de uma mente primitiva para uma civilizada.

Lucioni, Rizzi e Reddavid (1999) fazem menção à mente primitiva enquanto uma mente incipiente, que pode se manifestar em certas condições que bloqueiam o desenvolvimento, favorecendo o surgimento de sintomatologia.

Hautmann (2000) afirma que na formação da mente primitiva está envolvida uma dupla matriz protomental, a emotiva e a sensorial, que demarcam o nascimento do psiquismo, a partir do qual, num *continuum*, desenvolvem-se atividades mentais assimbólicas, pressimbólicas e simbólicas. As atividades

simbólicas, nesse ponto, resumem-se no início do processo de simbolização, quando ainda em seu componente mais elementar, mas então já é possível falar da formação do *self*.

Dos comentários de Levisky (2000) sobre o aparelho psíquico é possível entender que a mente primitiva é formada por estados primitivos caracterizados pela necessidade de satisfação imediata dos desejos, pela onipotência, pela predominância de relações parciais de objeto, pela negação da realidade, quando reina o processo primário e o princípio prazer-desprazer.

Schore (2001) utiliza a expressão mente primitiva quando comenta que os trabalhos de Anne Álvarez ampliaram a fronteira da psicanálise, tanto com relação ao tratamento de transtornos graves do desenvolvimento quanto pela apresentação de uma diretriz para quem deseja explorar de modo mais aprofundado a mente primitiva. Para o autor, Anne Álvarez é uma pioneira na busca de compreensão psicanalítica do desenvolvimento dos estados primitivos da mente, por se preocupar em empreender uma busca pelos “aspectos primitivos da mente”, não apenas como observadora, mas, sobretudo, como participante, vivenciando com o paciente o processo analítico. Nesse percurso, seu interesse se move particularmente em direção à forma de comunicação mais primitiva, por envolver uma base emotiva e somática não verbal: a identificação projetiva. Nesse mesmo artigo, o autor salienta que os estados mentais primitivos não se resumem ao primeiro estado “mental” ou “cognitivo” que surgem na mente, mas partem de estados ‘psicobiológicos’ e evoluem, sofisticando-se.

Tomazelli (2001) também utiliza a noção de mente primitiva ao se referir a um estado do psiquismo em que predominam a dissociação e a fragmentação, não há discriminação entre o eu e o outro, prevalece o princípio do prazer e, sobretudo, ainda não se consolidou o elemento depressivo no sentido kleiniano.

Para Hautmann (2002), a constituição da mente primitiva inicia-se com a organização do *self* a partir do que acontece desde o período fetal, passando pelos períodos perinatal e neonatal. Assim, a formação dos aspectos mais primitivos da mente se processa através de um *continuum* que parte de uma matriz assimbólica, organizando-se em um conjunto de elementos simbólicos.

Partindo do texto de Freud intitulado “Reflexões para os tempos de guerra e morte”, de 1915, Oliveira (2002) afirma que há um primitivismo que perdura desde

os tempos ancestrais até a atualidade do homem civilizado. Segundo a autora, há no texto freudiano a delimitação de uma natureza humana constituída pelas pulsões de natureza elementar comuns a todos os homens, as quais visam à satisfação de necessidades primevas. É a emergência dessas pulsões e suas manifestações no homem em certas condições que revela “[...] a mente primitiva que desde sempre portou” (p. 139).

Ortega (2002) afirma que a mente primitiva está relacionada com os processos psíquicos precoces do bebê e imersa no caos, que progressivamente se organiza com o desenvolvimento. Ela apresenta dificuldades na percepção da realidade e não distingue entre interno e externo quanto às experiências e sensações, pois as referências organizadoras da psique ainda são incipientes e predomina uma sensação de desamparo físico e psíquico.

Mills (2002) afirma que a visão freudiana da mente comporta graus diversos de organização, desde os impulsos e processos mais primitivos determinados pela evolução da espécie até as facetas mais refinadas da inteligência e da autoconsciência ética. Tal variabilidade e progressão organizativa se expressam no indivíduo e no campo social humano; contudo, mesmo tendo-se alcançado determinado grau de desenvolvimento, é possível que, sob certas contingências, ocorra reversão ou regressão nos processos psíquicos aos estágios anteriores. Nesses estágios, particularmente nos mais precoces e iniciais, predominam as formas mais primitivas ou arcaicas da vida mental, ou, ainda, as organizações primordiais da mente, sendo estas a expressão da “mente mais primitiva”, nas palavras do autor.

Segundo Mills (2002, p. 796), “nas fases mais primitivas da constituição psíquica, a mente é um fluxo ativo de desejo pressionando dentro de si mesma como impulso, clamando por satisfação, que Freud chamou de ‘prazer’”; e é a partir do desejo pulsante que surge da natureza corporal e do fracasso da plena satisfação que se instaura a experiência da falta, sendo este o ponto inicial da vivência da expressão psíquica decisiva para a organização progressiva da vida psíquica.

Em seu trabalho, discutindo sobre melancolia e perversão, Tonello (2003) apenas faz um comentário de que há múltiplas formas pelas quais o psiquismo se organiza e que a mente primitiva é somente uma delas.

Souza (2003) faz uso da expressão “mente primitiva” no contexto de sua discussão acerca da teoria evolucionista e da psicanálise e, citando diversos autores, apresenta alguns pontos críticos. Entre eles destaca como um equívoco nos campos antropológico e psicanalítico a tendência a caracterizá-la como supersticiosa, infantil ou incapaz. Essa concepção levaria à ideia de um “primitivo irracional”, o que, segundo o autor dá a entender, corrobora o pensamento etnocêntrico. Outro ponto crítico que cita diz respeito a “[...] uma perigosa tendência freudiana em aproximar o pensamento primitivo ao infantil” (p. 62).

Rinaldi (2003) comenta que, embora a mente primitiva seja fragmentária, uma das primeiras experiências por ela acumuladas são as sensações táteis que o bebê vivencia durante a amamentação. Desse modo, é possível pensar que a expressão “mente primitiva” alude ao funcionamento psíquico característico nesse momento inicial da vida.

Martos (2003) considera que o inconsciente, em sua natureza, é primitivo, representando as tendências humanas mais elementares e vinculadas às necessidades biológicas, constituindo a mente primitiva.

Schore (2003), discorrendo sobre a mente primitiva, ressalta a importância da construção de modelos mais apurados sobre sua origem precoce e seu desenvolvimento em direção à crescente complexidade dos estados psicobiológicos cérebro-mente-corpo. Afirma ainda que as ideias de Freud propõem uma arqueologia inicial da mente primitiva em sua progressão ontogenética que espelha as condições da filogênese.

Ferrigno (2003) comenta que, através da linguagem onírica, é possível descobrir as tendências do funcionamento característico da mente primitiva, enquanto legado de um estágio anterior.

Cunha (2004) refere-se ao mecanismo de cisão como característico da mente primitiva, e afirma que seu uso frequente e maciço resultaria em adoecimento.

Almeida (2004), a partir das concepções de Bion e de Meltzer, afirma a existência de um primeiro estado de organização da personalidade, que seria um “estado de organização mental primitiva”, também chamado de nível somatopsicótico da vida mental, e equivaleria à noção de aparelho protomental. Segundo a autora, essas expressões indicam a existência de uma mente primitiva,

ou uma quase mente, remetendo “[...] para a ideia de uma mente que ainda não é, isto é, uma mente que apenas é um protótipo, um embrião, um esboço. É uma mente não plenamente desenvolvida” (p. 22). E para a autora, essa mente primitiva não deve ser pensada em termos de estrutura, mas como função e processo.

Hautmann (2005), nesse texto, apenas faz referência à mente primitiva, sem maiores comentários. Supõe-se que o autor faça conexão entre mente primitiva e narcisismo libidinal, narcisismo destrutivo e níveis do pensamento primitivo, sem maiores comentários.

Avenburg (2005) cita várias vezes a expressão “mente primitiva” a partir das ideias de Ernest Jones. Segundo o autor, a mente primitiva é aquela própria do funcionamento infantil, ou, como em outro momento aparece, a mente primitiva infantil. Nesse contexto, os termos “precoce”, “simples”, “primário” e “primitivo” aparecem como equivalentes na discussão do modo de funcionamento psíquico nessa condição inicial infantil, que abre o caminho para o progresso da mente humana rumo a formas “mais complexas”, “secundárias” e “abstratas” de pensamento, onde o simbólico surge em decorrência de um precipitado inconsciente de um modo primitivo de funcionar até então.

Ao discutir o sonho enquanto estado primordial da mente, Andrade (2005) faz referência à mente primitiva, que se organiza a partir de representações pré-verbais, de relações objetivas primitivas, do processo primário e do automatismo prazer-desprazer constituindo-se dos estados iniciais da mente. O autor parece colocar o termo mente primordial como equivalente à mente primitiva.

Tomazelli (2005) cita a expressão mente primitiva enquanto aquela em que não há limites, predominando a onipotência como característica própria da mente infantil que permanece como parte do funcionamento geral do indivíduo por toda a vida.

Zimbres (2005) faz referência à “mente primitiva” como sendo uma herança animal que persiste no indivíduo humano, mesmo com todo o desenvolvimento posterior.

Segundo Soussumi (2006), uma mente primitiva é uma protomente, funcionando pelo princípio do prazer-desprazer, de modo reflexo, automático, estereotipado e pré-programado, priorizando a promoção da sobrevivência. O autor

ainda se refere à “condições mais primitivas” e ao “momento primitivo” como aqueles que sucedem ao nascimento.

Jonte-Pace (2006), ao discutir o trabalho de Célia Brickman, comenta que, embora os antropólogos tenham criticado e abandonado a noção de primitivo, os psicanalistas continuam a usar a expressão, geralmente como relacionada ao desenvolvimento precoce, inicial, ou como sinal de regressão psicológica. A mente primitiva não seria somente um estágio evolucionário, mas ainda é parte do homem contemporâneo pela permanência da primitividade psicológica.

Amaro (2006) argumenta que vários campos da ciência apresentam informações de que a mente infantil do indivíduo conserva-se durante toda a vida na forma de registros cerebrais. Tais registros foram estruturados em períodos passados, por meio de recursos ainda imaturos e irracionais, que constituem a mente primitiva, da qual faz parte não somente o desenvolvimento inicial do indivíduo, mas igualmente todo o potencial herdado do desenvolvimento da espécie.

Zanocco, De Marchi e Pozzi (2006) referem-se a mente primitiva como aquela em que predomina o processo primário, enquanto uma “forma primitiva e caótica de pensamento”, um “modo primitivo de funcionamento”, que caracteriza o “funcionamento primitivo da mente”. Ela seria inconsciente e prevaleceria o automatismo. Tal forma de funcionamento psíquico permanece em ação por toda a vida do indivíduo, mesmo depois da maturação do aparelho psíquico.

Ao discutir a sexualidade infantil e os símbolos, Zusman (2006) utiliza a expressão “mente primitiva” de uma forma que, por inferência, permite entendê-la como aquela em que as capacidades de abstração, de generalização e flexibilidade ainda não foram plenamente alcançadas, predominando, na forma de pensar, aspectos concretos que compõem uma “mentalidade primitiva”, cujas fantasias residuais são compostas por “memórias ontogenéticas e filogenéticas”. Assim, é uma noção que remete ao aspecto evolutivo, tanto com relação à espécie quanto ao indivíduo, que se mantém presente no psiquismo, podendo ser ativado a qualquer tempo, particularmente pelos processos regressivos.

Cortiñas e Sor (2006) versam sobre a relação entre a “mente rudimentar, primitiva” e a “mente separada, evoluída”. Embora a segunda se origine a partir da separação que ocorre da primeira, ambas coexistem ao longo da vida em todos os

seres humanos. A mente primitiva é aquela cujo funcionamento é primitivo, rudimentar, irracional, indiferenciado, intrinsecamente relacionado à herança mental animal primitiva.

Figueiredo (2006) cita a expressão mente primitiva atribuindo-lhe como características a onipotência, a ambivalência e o *splitting* do objeto e do ego, onde não há senso de realidade.

Sá (2006?) aponta que não é possível considerar como antagônicos e excludentes o primitivismo infantil e a maturidade do ser humano adulto e ajustado, uma vez que a segunda qualidade emana da primeira. Não pode haver oposição e excludência direta entre os aspectos adulto e primitivo, entre maturidade e imaturidade, pois tudo o que existiu na mente primitiva da criança, de alguma forma, mantém-se presente e atuante na mente do adulto. A noção de mente primitiva parece remeter ao funcionamento psíquico característico do início da vida, tanto que o autor afirma que na mente primitiva da criança já se encontra presente o mecanismo da cisão.

Petrelli (2007) faz referência a “fantasmas originários”, a “construções primitivas” e a “esquemas herdados filogeneticamente”, que estão disponíveis na mente do bebê ao captar e interpretar a experiência, gerando uma atividade mental que a autora denomina de “funcionamento mental mais primitivo”. Tal configuração está relacionada com a noção de mente primitiva, a partir da qual ocorre

[...] a misteriosa passagem do nível sensorial ao mental da fantasia, da imagem e depois da representação. Trata-se de um funcionamento primitivo, de uma atividade inconsciente que continuamente transforma a experiência sensorial e perceptiva em algo que já é mental, mas que é intensamente vivida como muito real e concreta e colocada na maior parte do corpo (Petrelli, 2007, p. XXIII).

Goulart (2007) destaca a importância da identificação projetiva no processo analítico, particularmente quando há aproximação de aspectos primitivos do funcionamento mental. Nesse sentido, a identificação projetiva é compreendida como uma modalidade de comunicação da mente primitiva.

Sarno (s. d.) afirma que são frequentes as referências ao funcionamento primitivo da mente e suas respectivas defesas quando se discute a relação mãe-bebê. Desse modo, fazer alusão à mente primitiva é remeter ao funcionamento psíquico precoce da criança e à revivência, por parte da mãe, desses mesmos processos quando na relação com o seu bebê.

5.2 Os termos congêneres

Além do levantamento efetuado acerca da expressão “mente primitiva”, foram encontrados alguns termos congêneres, que serão apresentados a seguir.

Casalnuovo de Debeljuk (1990) faz referência a uma organização psíquica mais primitiva ou precoce ao discutir aspectos relacionados à aquisição e desenvolvimento da linguagem.

De acordo com Engdahl (1994), os estados mentais primitivos são aqueles em que o funcionamento é pré-simbólico, predominando as manifestações pulsionais e as comunicações táteis/sensoriais que emergem das vivências afetivas e corporais do bebê.

Green (1996, p. 484) comenta que “para o fundador da psicanálise tudo começa a partir do corpo, através de sua expressão psíquica primitiva: os instintos”.

Segundo Wrye (1997), os estados primitivos da mente dizem respeito a vivências somatopsíquicas que exprimem desejos e estados corporais pré-verbais, primitivos.

Ferreira (2000), partindo das construções freudianas, pondera que o psiquismo surge de um estado de indiferenciação. Segundo a autora, “no estado originário, reina a estrutura mais primitiva: o id” (p. 84).

Dines (2000) afirma que nos estados primitivos da mente predomina a satisfação imediata dos desejos.

Xavier, Padilha, Ducatti, Silva e Santos (2000), ao pensarem sobre o desenvolvimento do psiquismo, afirmam que há um estágio psíquico primitivo, próprio dos bebês, no qual prevalecem os estados mentais primitivos, que se manifestam nos sonhos, nas fantasias e também na psicopatologia, evoluindo para um estágio secundário caracterizado pelo pensamento de vigília. Pode-se pensar, então, que nos estados mentais primitivos há o processo primário regido pelo princípio do prazer-desprazer.

Manor, Granek e Tyano (2000) fazem referência à posição autista-contígua, proposta por Ogden, enquanto uma construção psicológica mais primitiva do que a

posição esquizoparanoide. É pré-simbólica e predominantemente sensorial, e auxilia na consolidação das experiências.

Yoshida, Pereira, Sousa, Klein e Cordeiro (2001) comentam que por vezes ocorrem no funcionamento psíquico primitivo ansiedades muito primitivas de aniquilamento e fragmentação do ego. Para lidar com tais ansiedades, o psiquismo primitivo lança mão de mecanismos que lhe são característicos: a cisão, a fragmentação, a idealização, a identificação projetiva, o isolamento e o controle onipotente.

Botella e Botella (2001?) afirmam que o psiquismo primitivo apresenta-se como um funcionamento animista e assim continua como fundamento, mesmo quando o psiquismo evolui. Manifesta-se sempre que os conteúdos inconscientes, ávidos por se revelarem, não se apresentam pela via representacional, mas pela via regressiva alucinatória.

Ao discutir os transtornos psicossomáticos, Hiriart (2002) afirma que estes, do ponto de vista das relações objetais, seriam manifestações do psiquismo primitivo. Nesse contexto, para o autor, o termo psiquismo primitivo remete ao modo de funcionamento mental pré-edípico.

Segundo Melo (2002), as formas primitivas de pensamento, ou protopensamentos, ou o início da mente, seriam movimentos mentais que se processariam sobre as experiências dominadas pelos estados afetivos, dando início ao pensar, que é mais concreto, pois as fantasias são tomadas como coisas-em-si.

Dias (2002) refere que Melanie Klein, nos seus escritos, descreve os mecanismos mentais primitivos do bebê na “mais primitiva infância”.

Nemirovsky (2002) cita o psiquismo primitivo relacionado com as origens, o nascimento psíquico e períodos que se seguem imediatamente.

Dorpat (2002) refere-se aos estados mentais primitivos ao discutir o trabalho de Judith Mitrani, em que essa autora investiga a formação de “defesas extraordinárias” no início da infância, as quais teriam como papel evitar a consciência de experiências traumáticas, as experiências não mentalizadas e as relações objetais pseudoadesivas.

Urban (2003) cita os estados mentais primitivos como aqueles que remetem às vivências iniciais da existência, inclusive aos processos pré- e perinatais. Eles

seriam, por definição, estados psicobiológicos que permanecem mais ou menos ativos ao longo da vida de todo indivíduo.

Frochtengarten (em CINTRA; FROCHTENGARTEN; AIDAR, 2003/2004) comenta que o primitivo é o inatual, não se restringindo ao que temporalmente já se foi, nem ao que emerge das regressões, mas, sobretudo, diz da atualidade perene do que é psíquico.

Aidar (em CINTRA; FROCHTENGARTEN; AIDAR, 2003/2004), por sua vez, acrescenta que o primitivo, ou a condição de primitividade, diz respeito à atemporalidade do psíquico, que, embora relacionado à ancestralidade, ao arcaico, ao que foi inscrito, que a regressão põe em funcionamento e que jamais se extingue. Segundo a autora, para Freud, o psiquismo primitivo não desaparece e os estados primitivos podem voltar a se instaurar.

Cintra (em CINTRA; FROCHTENGARTEN; AIDAR, 2003/2004) afirma que o primitivo é o inatual, sendo este sinônimo do infantil, que permanece sempre presente.

Lucini (2004) ressalta que utiliza o adjetivo substantivado “primitivo” no seu trabalho com o significado de “originário”, “mais antigo” (extraídos do latim *prius*).

Green (2004) faz menção à existência de “um tipo primitivo de atividade mental”, ou ainda, “tipo primitivo de funcionamento mental” que, para ele, baseando-se em Freud, é atividade instintiva, pulsional. O autor ainda comenta que

o verdadeiro conhecimento tem que dar a ideia que a compreensão dos estágios primitivos fornece a chave para os mais avançados modos de pensamento. E é somente através da terceiridade que podemos ganhar a possibilidade de compreender a relação da mente para outros – talvez porque não importa quão arcaica uma relação transferencial se apresenta, mas como se desenvolve em uma análise, não pode mais ser classificada como puramente arcaica, mas deve ser percebida como uma reorganização do que se supõe evocar a arcaicidade, pois é inteligível para a mente do analista (que não seria se fosse exclusivamente arcaico). (GREEN, 2004, p. 133).

Doin (2005) refere-se ao psiquismo primitivo como relacionado com os níveis pré-verbais de funcionamento.

Ao comentar o livro editado por Shelley Alhanati, Goodman (2005) destaca que os estados mentais primitivos se originam, sobretudo, do vivido precoce (pré- e perinatal), ao contrário do que é compreendido pelos autores das relações objetivas e intersubjetivas, os quais se centram na interação mãe-bebê após o nascimento. Assim ele discute a manifestação de estados da mente anteriores ao nascimento

físico do bebê, que se manifestam em indivíduos com idades posteriores como aspectos inefáveis, não nomeados e não simbolizados, particularmente na relação analítica.

Piccollo (2005) afirma que Bion e Rosenfeld desenvolvem suas teorias no campo do psiquismo primitivo, particularmente no tocante às questões regressivas e primárias, e que eles se interessam principalmente pela psicose, motivo pelo qual descrevem o funcionamento primitivo da mente. Na leitura que Piccollo faz da teoria do pensamento de Bion, o psiquismo primitivo seria aquele em que a pauta é o processo primário, o funcionamento pré-verbal, processo muito primitivo da mente humana.

Segundo Finzi (2006), duas das características do psiquismo primitivo do bebê são a bidimensionalidade e a ligação adesiva, que tendem a fazê-lo ligar-se ao objeto externo primeiramente por meio dos sentidos. Embora isso seja vivenciado no período inicial da vida do bebê, em idades posteriores esses estados podem ser reativados, visto que permanecem como parte do inconsciente.

Damous (2006) refere-se à predominância da onipotência no psiquismo primitivo como atributo do funcionamento mental do bebê em seu processo de desenvolvimento que permite a continuidade da sua existência.

Marinho (2006) comenta que os estados primitivos da mente podem ser compreendidos através do modelo da relação mãe-bebê.

Pereira (2006), baseando-se em Hélio Pellegrino, expressa que é possível pensar o psiquismo primitivo como aquele em que predomina o princípio do prazer.

5.3 Aspectos compartilhados

A partir dos textos selecionados nesta parte da revisão da literatura, referentes ao período de 1990 a 2006, abordados neste item, serão levantadas e sintetizadas algumas ideias que, em princípio, parecem auxiliar nesse percurso visando atingir o objetivo proposto por esta investigação, as quais serão apresentadas a seguir.

Ressalte-se de novo que não há, necessariamente, correlação absoluta entre todos os aspectos que se conjectura serem compartilhados por alguns dos autores até aqui tratados sobre a mente primitiva e termos congêneres (estados primitivos da mente, estados mentais primitivos, psiquismo primitivo, organização psíquica primitiva), porém é possível estabelecer elos entre alguns deles.

a) Os aspectos corporais e as experiências mentais primitivas.

Também nessa parte os aspectos corporais têm destaque nos comentários sobre as experiências mentais primitivas que constituem o que se poderia denominar de mente primitiva ou termos congêneres.

Há intrínseca relação entre as experiências corporais e a mente primitiva ou os estados primitivos da mente (ENGDAHL, 1994; GOOCH, 1991; HIRIART, 2002), pois é a partir do desejo em sua pulsação que emerge da natureza corporal, bem como da impossibilidade de total satisfação que introduz a experiência de falta, que surge o ponto inicial da vivência da expressão psíquica decisiva para a organização progressiva da vida mental (MILLS, 2002). Esse início demarca uma mudança de algo sensorial algo em mental, de modo que o funcionamento primitivo culmina na transformação da experiência sensorial e perceptiva em vivência mental, vivência que nesse estágio de desenvolvimento é vivida como concreta e como parte do corpo (PETRELLI, 2007). Nessa construção que permite a passagem por tais transformações há indicações de que uma das primeiras experiências acumuladas nessa organização psíquica primitiva são as sensações táteis vivenciadas pelo bebê durante a amamentação (RINALDI, 2003). Destarte, o ponto de partida é a base somática, a partir da qual se desenvolve a crescente complexidade dos estados psicobiológicos cérebro-mente-corpo (SCHORE, 2001, 2003; URBAN, 2003) e das vivências somatopsíquicas (WRYE, 1997), que possibilitam a constituição progressiva do psiquismo desde sua origem precoce.

b) O nascimento da experiência psíquica e a mente primitiva

O nascimento da vida psíquica ocorre a partir de experiências primordiais, estabelecendo o surgimento da mente primitiva, dos estados primitivos da mente (FINZI, 2006; FISCH, 1998; NEMIROVSKY, 2002). Essas experiências primordiais podem ser de diversas ordens, dependendo de que vértice se queira abordá-las; entretanto, tendo-se em vista os autores consultados nessa parte, é possível citar um estado de organização mental primitiva, também denominado de nível somatopsicótico da vida mental, equivalente à noção de aparelho protomental, como o início da mente primitiva ou dos estados primitivos da mente (ALMEIDA, 2004), onde os protopensamentos, ou formas primitivas de pensamento, demarcam o seu princípio (MELO, 2002). Pode-se também afirmar que o nascimento do psiquismo é demarcado por uma dupla matriz protomental – a emotiva e a sensorial – que forma a mente primitiva e a partir da qual se desenvolvem, num *continuum*, atividades mentais assimbólicas, pressimbólicas e simbólicas elementares, que possibilitam o início e o desenrolar da formação do *self* (HAUTMANN, 2000, 2002). Também há a indicação de que, a partir de estados psicobiológicos, surgem estados mentais primitivos que constituem a mente primitiva (SCHORE, 2001, 2003).

Do mesmo modo que foram identificados os aspectos acima indicados, encontrou-se mencionado que os estados mentais primitivos se originam antes do período pós-natal, indicando o pré- e perinatal, sendo que a manifestação desses estados seriam anteriores ao nascimento físico do bebê (GOODMAN, 2005; URBAN, 2003).

c) Características da mente primitiva

Há quem diga que as características da mente primitiva podem ser observadas nas crianças, em certos grupos indígenas e aborígenes na atualidade, nos sonhos, na fantasia, na loucura e em outras produções do funcionamento inconsciente (NAPOLITANI, 1997; XAVIER et al., 2000). Tais características podem

ser a indiferenciação, a não diferenciação entre o eu e o outro (CORTIÑAS; SOR, 2006; GOODMAN, 2005; TOMAZELLI, 2001), o funcionamento pré-simbólico (DOIN, 2005; ENGDHAL, 1994; GOODMAN, 2005; PICOLLO, 2005) e as representações pré-verbais (ANDRADE, 2005; LEVISKY, 2000; WRYE, 1997), as relações objetais primitivas ou relações parciais de objeto (ANDRADE, 2005; DORPAT, 2002), a bidimensionalidade (FINZI, 2006), o pensar concreto – pois as fantasias são tomadas como coisas-em-si (MELO, 2002), o processo primário que predomina como forma de funcionamento mental e o automatismo do princípio do prazer-desprazer, com a necessidade de satisfação imediata dos desejos (ANDRADE, 2005; BOTELLA; BOTELLA, [2001?]; DINES, 2000; LEVISKY, 2000; PEREIRA, 2006; PICOLLO, 2005; SOUSSUMI, 2006; XAVIER et al., 2000; ZANOCCO; DE MARCHI; POZZI, 2006), a onipotência (DAMOUS, 2006; FIGUEIREDO, 2006; LEVISKY, 2000; TOMAZELLI, 2005), a negação da realidade (LEVISKY, 2000), em que não há separação entre interno e externo quanto às experiências e sensações (ORTEGA, 2002), bem como a ambivalência, o *splitting* e a ausência do senso de realidade (FIGUEIREDO, 2006). Também é possível acrescentar que as referências organizadoras da psique ainda são incipientes e prepondera a sensação de desamparo físico e psíquico (ORTEGA, 2002), com ansiedades muito primitivas de aniquilamento e fragmentação (YOSHIDA et al., 2001). Além disso, alega-se que no psiquismo primitivo o modo de funcionamento mental é pré-edípico (HIRIART, 2002).

d) A mente primitiva é imperecível.

Há evidências de que a estruturação e o funcionamento próprio da mente no início da existência se conservam por toda a vida através de registros cerebrais que se organizam a partir dos recursos ainda imaturos e irracionais que a constituem (AMARO, 2006). Neste sentido, o funcionamento primitivo, rudimentar, irracional e indiferenciado, peculiar à mente primitiva, coexiste ao longo da vida em todos os seres humanos com os aspectos mais evoluídos (CORTIÑAS; SOR, 2006; FINZI, 2006; URBAN, 2003). Em outras palavras, persistem nos processos psíquicos do

homem moderno, do homem adulto, estruturas arcaicas, primitivas, originais (FECHINE, 1998; TOMAZELLI, 2005; URBAN, 2003), de modo que a mente primitiva se constitui numa condição atual no funcionamento mental contemporâneo, pela permanência da primitividade psicológica (GABURRI, 1997; JONTE-PACE, 2006; SÁ, [2006?]; ZANOCCO; DE MARCHI; POZZI, 2006) como um legado não apenas de um estágio anterior do desenvolvimento individual, mas também da espécie (CORTIÑAS; SOR, 2006; FERRIGNO, 2003; SILVA, 1998; ZIMBRES, 2005). Desse modo, o primitivo relacionado à ancestralidade, ao arcaico, jamais se extingue e é atemporal (AIDAR, 2003/2004), pois é inatual e se mantém perene (FROCHTENGARTEN, 2003/2004), sendo sinônimo do infantil que permanece sempre presente (CINTRA, 2003/2004). Assim ele perdura desde os tempos ancestrais até a atualidade do homem contemporâneo, por meio de um conjunto de processos mentais primitivos, primordiais, originários ou primários, de natureza elementar comum a todos os seres humanos, como, por exemplo, as pulsões (OLIVEIRA, 2002; PARTON, 1997; SCHUST-BRIAT, 1996; ZUSMAN, 2006), ou os sonhos e sua linguagem onírica, por meio dos quais é possível descobrir as tendências características do funcionamento das experiências mentais primitivas (FERRIGNO, 2003). Esse primitivo se expressa também no processo transferencial, particularmente na relação analítica (GOODMAN, 2005; GREEN, 2004).

e) Mecanismos constitutivos da mente primitiva

Entre os mecanismos citados como constitutivos da mente primitiva, ou congênere, aparecem a cisão (CUNHA, 2004; SÁ, [2006?]; YOSHIDA et al., 2001) ou *splitting* (FIGUEIREDO, 2006), a dissociação, a fragmentação (TOMAZELLI, 2001; YOSHIDA et al., 2001), a identificação projetiva (GOULART, 2007; YOSHIDA et al., 2001), o isolamento e o controle onipotente (YOSHIDA et al., 2001). Ainda é enfatizado o uso da onipotência como um modo de lidar com as vivências nessas condições (DAMOUS, 2006; FIGUEIREDO, 2006; LEVISKY, 2000; TOMAZELLI, 2005). Há ainda a menção ao processo de formação de “defesas extraordinárias”

em certas condições na infância (DORPAT, 2002) que podem persistir por toda a vida.

f) A ontogênese repete a filogênese

Ao se afirmar que a mente primitiva não apenas faz parte do desenvolvimento inicial do indivíduo, mas contém em si todo o potencial herdado do desenvolvimento da espécie e se conserva como tal (AMARO, 2006), é possível pensar que a ontogênese repete a filogênese, conforme indicam vários autores, numa clara e direta referência à afirmação freudiana em seu texto “Reflexões para os tempos de guerra e morte”, de que o primitivismo, os processos psíquicos arcaicos, primordiais, primários, primitivos ou originários perduram desde os tempos ancestrais até na atualidade da existência humana (FECHINE, 1998; OLIVEIRA, 2002; PARTON, 1997; SCHORE, 2001, 2003; ZANGRILLI, 1992; ZUSMAN, 2006). Neste sentido, os fantasmas originários, as construções mentais primitivas, os esquemas herdados filogeneticamente que um dia fizeram parte da inauguração do humano e subsistiram nos tempos seguintes, estão disponíveis na mente do bebê quando este busca lidar com a experiência vivida, gerando uma atividade psíquica que pode ser denominada de funcionamento mental primitivo (LIMA, 1998; PETRELLI, 2007).

g) Caracterização por oposição.

Encontram-se nos autores que compõem este item algumas considerações onde é possível identificar uma relação de oposição em que fica subentendida a posição que ocupa a mente primitiva, ou congênere, em seus discursos. Desse modo, são atribuídas à mente primitiva designações como simples, primária, arcaica, inicial, infantil, concreta, elementar, rudimentar, irracional, assimbólica, primordial, qualidades a partir das quais se abre o caminho para o desenvolvimento posterior da mente humana rumo a formas mais complexas, secundárias,

evoluídas, abstratas, simbólicas, civilizadas, maduras, adultas (AVENBURG, 2005; CORTIÑAS; SOR, 2006; FERRIGNO, 2003; HAUTMANN, 2000, 2002; LARA, 1999; LIMA, 1998; MILLS, 2002; PETRELLI, 2007). Contudo, essa relação de oposição deve ser vista apenas como uma tentativa de caracterizar aquilo que se está denominando como uma condição arbitrária em que se isolam e se particularizam alguns elementos para utilizá-los como meio de esclarecimento, mas, na essência, considera-se a totalidade do fenômeno. Não pode haver oposição direta entre os aspectos tratados nesse item. Aquilo que um dia existiu na mente do homem ancestral ou na da criança continua a existir na mente do homem contemporâneo. Não subsiste como algo isolado – embora por vezes possa assim se manifestar – mas como totalidade do fenômeno humano (SÁ, [2006?]).

h) A mente primitiva e o protomenta.

Surgiu em alguns autores consultados a equivalência entre mente primitiva e aparelho protomenta, ou uma quase mente que não deve ser pensada em termos de estrutura, mas como função e processo (ALMEIDA, 2004). Para outros, ainda, a mente primitiva se estrutura a partir de um sistema protomenta (HAUTMANN, 2000, 2002; NAPOLITANI, 1997), dos protopensamentos (MELO, 2002), ou então é uma protomente (SOUSSUMI, 2006).